

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico aconteceu de maneira desigual entre os países, e o que deveria reduzir a distância entre eles acabou por acentuá-las, como pode ser mensurado por índices econômicos elaborados e divulgados por instituições como Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outras. Comparando-se índices e indicadores no mundo todo, é possível perceber a crescente concentração de capital da produção agrícola, tecnológica, científica e as trocas comerciais, as quais mostram altas discrepâncias entre os países.

A divisão de atividades econômicas se encaminhou de tal forma que coube aos países subdesenvolvidos o fornecimento de matérias-primas, o pagamento de altas taxas de juros referentes a empréstimos de fundos internacionais para o financiamento do desenvolvimento econômico e um grande ônus social.

Na década de 1990, o PNUD criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para comparar as condições de vida entre países, baseando-se em três indicadores: expectativa de vida, que é a estimativa de anos que uma criança viverá segundo as condições sócio-econômicas do local onde nasceu; taxa de alfabetização, considerando o número de pessoas alfabetizadas com quinze anos ou mais e a distribuição de renda (FORMIS, 2006).

Segundo o PNUD (2004), o Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por mandato promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Entre outras atividades, o PNUD produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, bem como executa projetos que contribuam para melhorar essas condições de vida, nos 166 países onde possui representação. É conhecido por elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano, bem como por ser o organismo internacional que coordena o trabalho das demais agências, fundos e programas das Nações Unidas – conjuntamente conhecidas como Sistema ONU – nos países onde está presente.

Além disso, o PNUD dissemina as *metas de desenvolvimento do milênio* (MDM), um conjunto de 8 objetivos, 18 metas e 48 indicadores, para o desenvolvimento do mundo, a

serem cumpridas até 2015, definidas pelos países membros da ONU em 2000, e monitora o progresso dos países rumo ao seu alcance. As 8 MDM são:

1. A redução pela metade da pobreza e da fome.
2. A universalização do acesso à educação primária.
3. A promoção da igualdade entre os gêneros.
4. A redução da mortalidade infantil.
5. A melhoria da saúde materna.
6. O combate ao HIV/AIDS, malária e outras doenças.
7. A promoção da sustentabilidade ambiental.
8. O estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento.

Este programa apresentou informações que relatam as discrepâncias e a fragilidade sócio-econômica dos países que não conseguiram ingressar nos programas de desenvolvimento. Os resultados do IDH demonstram que as estratégias de desenvolvimento econômico não acarretaram o desenvolvimento social igualitário, nem a distribuição de recursos de forma equitativa entre os povos. Pelo contrário, houve uma concentração acentuada de disponibilidade de recursos materiais, monetários e tecnológicos nos países desenvolvidos, e grandes deficiências que incidem sobre a redução de condições dignas de qualidade de vida. Anualmente o PNUD divulga os relatórios sobre a evolução do IDH e outros como o Índice de Pobreza Humana (IPH), que mede a falta de boas condições de vida e os problemas que ainda persistem; e o Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero – IDG que considera os mesmos indicadores do IDH, no entanto, compara as diferenças existentes entre os gêneros como uma maneira de encontrar exclusões e privações de acesso a oportunidades, serviços e direitos para o sexo feminino.

De acordo com estes relatórios, a partir da década de 1960, os resultados se tornaram alarmantes em relação ao meio ambiente. O espaço local deixou de circunscrever-se em si mesmo para representar a concretização da complexidade global dos aspectos econômico, tecnológico, cultural e relacional (FORMIS, 2006).

De acordo com Santos (2005), esse processo pode ser chamado de universalização perversa, uma vez que não atinge todos os atores, não é utilizada igualmente por todos os agentes e somente beneficia a uns poucos em detrimento do maior número.

Ao se analisar mais detalhadamente a questão, percebe-se que há uma grande carência de estudos básicos a respeito do conhecimento, das experiências, dos papéis e da

posição das mulheres, promovendo a sustentabilidade no que tange a sua importância na educação, sob a ótica da Agenda 21, assim como nas esferas locais. Diante disso, essa foi uma temática bastante tratada na Agenda 21, principalmente no que diz respeito a Declaração do Milênio e as prioridades da Agenda 21 do Estado de Pernambuco, no seu objetivo 3, meta 5, que trata sobre eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária até 2005 e em todos os níveis da educação até 2015.

A AGENDA 21(2008), trata-se de um documento importante sobre a questão da sustentabilidade, é um programa de ação que vem sendo implantado pelos governos em todos os níveis de desenvolvimento, pelas organizações das Nações Unidas (ONU) e pelos grupos setoriais independentes nas áreas onde houver atividade humana que afete e gere impactos ao meio ambiente.

A Agenda 21 Global é o principal resultado da Rio-92, trata-se de compromisso assumido por 179 países participantes desta Conferência, possui mais de 2.500 recomendações práticas. Foi “um programa recomendado para os governos, às Agências de Desenvolvimento, às Organizações das Nações Unidas, e para grupos setoriais, independentes, colocarem em prática, a partir da data da sua aprovação, em 14 de junho de 1992, e ao longo do século XXI, em todas as áreas, onde a atividade humana incida de forma prejudicial ao meio ambiente” (SMA 1997, p. 9).

Tal documento ampliou o conceito de desenvolvimento sustentável, buscando conciliar justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental, em um documento que procurou os caminhos para alcançá-los, indicando as ferramentas de gerenciamento necessárias (SIRKIS, 1999).

Nos dias atuais, a mulher tem tido um papel fundamental, muito importante para o alcance da sustentabilidade, tanto no que se refere ao sustento do lar, quanto em cargos públicos e em vários níveis de escolaridade, sendo assim, a Agenda 21 serve de base para se encontrar melhorias, a fim de que se diminuam cada vez mais as desigualdades entre os gêneros.

O presente trabalho, o papel da mulher para o desenvolvimento sustentável, busca apresentar a questão tendo como referencial teórico e conceitual, as orientações dos encontros e conferências internacionais sobre o meio ambiente das últimas décadas, tendo como foco principal o Papel da mulher no Desenvolvimento Sustentável, e adicionalmente de analisar qual o progresso ocorrido a partir de ações que se concretizam no nível local.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi dada uma maior ênfase ao capítulo 24 da AGENDA21(2008) — *Ação Mundial pela Mulher, com vistas a um Desenvolvimento Sustentável e Equitativo*.

Diante disto, se buscou identificar como as iniciativas da Agenda 21 local podem encontrar aderência às medidas mundiais em favor da mulher para atingir um desenvolvimento sustentável e equitativo, seja por meio da elaboração e implementação de um planejamento e de iniciativas por parte dos governos locais, bem como das comunidades, especialmente do movimento em prol das mulheres, para que se possa melhorar a aderência dos projetos existentes e em andamento com os princípios formulados no capítulo 24 da Agenda 21.

CAPÍTULO 1 – PROBLEMÁTICA DO MUNDO PARA O SURGIMENTO DA AGENDA 21

A Agenda 21 Global, foi um documento assinado pelos países participantes da Declaração do Rio para o Meio Ambiente, que estabeleceu princípios e ações para a gestão ambiental de forma sustentável e teve por objetivo instrumentalizar a sociedade civil em diferentes níveis de organização, combinando desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente ao longo do século XXI.

Segundo Pelicioni (1998), a partir da década de 1960 e início dos anos 70, é que a questão ambiental tornou-se marcante no mundo. Alguns acontecimentos como a contaminação por mercúrio, na Baía de Minamata, no Japão; o lançamento do livro *Silent Spring*, Primavera Silenciosa de Rachel Carson, que já alertava para os problemas de contaminação do ambiente; os altos níveis de poluição e degradação ambiental decorrentes de um processo de industrialização predatório e comprometedor do ambiente e da saúde, são alguns dos problemas que levaram o Governo da Suécia a propor, em 1968, à ONU, a realização de uma Conferência Internacional para discuti-los.

Em 1972, na Suécia, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, reunindo 113 países e 250 organizações não-governamentais.

Em contraste com a Conferência de Estocolmo de 1972, a Conferência do Rio, orientou-se para o desenvolvimento e a Agenda 21 não é simplesmente uma agenda ambiental, mas uma agenda de desenvolvimento sustentável, onde, evidentemente, o meio ambiente é considerado de primeira ordem.

De acordo com o SMA (1997), Estocolmo foi um marco e um divisor de águas no processo de mudança que chega aos nossos dias. Essa conferência também foi representativa na discussão sobre o modelo de desenvolvimento existente no planeta. Barbieri (2000), afirma que a partir deste evento, surgiu um neologismo que exemplificava o novo tipo de desenvolvimento que se desejava o ecodesenvolvimento, que após o relatório de Brundtland, em 1987, foi substituído por “desenvolvimento sustentável”.

Após 20 anos da Conferência de Estocolmo e com o objetivo de transformar algumas propostas em instrumentos de ação, foi realizado no Rio de Janeiro em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida por Rio-92. Nesta Conferência, foram assinados vários documentos, como a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção da Diversidade Biológica, a Declaração do Rio para Meio

Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios para Florestas, e a Agenda 21 Global.

"A Agenda 21 reúne o conjunto mais amplo de premissas e recomendações sobre como as nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e a iniciarem seus programas de sustentabilidade". Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente. (AGENDA 21, 2002).

Contendo 4 seções, com 40 capítulos, a Agenda 21 Global foi construída de forma consensuada, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecido por Rio 92.

A Seção I, contém 7 capítulos e refere-se às dimensões sociais e econômicas, tratando da relação entre meio ambiente e pobreza.

A Seção II possui 14 capítulos que abordam a conservação e o gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento, indicando as formas apropriadas quanto ao uso dos recursos naturais.

Na Seção III, com 9 capítulos, são apresentadas as diferentes modalidades de apoio aos grupos sociais organizados, que contribuem para alcançar o desenvolvimento sustentável.

A Seção IV refere-se aos meios de implementação da Agenda 21 Global, orientando quanto aos recursos e mecanismos de financiamento para a concretização de sua implementação.

Cada capítulo da Agenda é formado de uma introdução ao assunto ou problema ambiental em questão descrita como base para a ação, objetivos, atividades e meios de implementação nos níveis global, nacional e local, incluindo estimativas de recursos financeiros necessários para a execução das propostas sugeridas.

Todo este conteúdo de informações e propostas refere-se aos problemas relacionados à pobreza, ao consumo excessivo, às questões de saúde e educação. Define ainda o papel dos atores sociais envolvidos nas ações propostas estipuladas, como os governos, o setor empresarial, sindicatos, cientistas, professores, povos indígenas, crianças, jovens e mulheres (KOHLE, 2003).

Além da Agenda 21, resultaram desse mesmo processo quatro outros acordos: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas.

Em 1997, em Nova Iorque, aconteceu um encontro para avaliar os desdobramentos da Agenda 21 no mundo, conhecido como Rio + 5. O *International Council for Local Environmental Initiatives* (ICLEI), uma ONG canadense que mostrou dados de pesquisa realizada no ano anterior ao encontro divulgando que até aquele momento 1812 cidades de 64 países realizaram atividades de estudos referentes à Agenda 21 locais e que 933 cidades em 4 países haviam iniciado um processo de planejamento para o desenvolvimento sustentável. Kohler (2003).

O programa de implementação da Agenda 21 e os compromissos para com a carta de princípios do Rio foram fortemente reafirmados durante a Cúpula de Joanesburgo, ou Rio + 10, em 2002.

Além do documento em si, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que resulta na análise da situação atual de um país, estado, município, região, setor e planeja o futuro de forma sustentável. E esse processo deve envolver toda a sociedade na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longos prazos. A análise do cenário atual e o encaminhamento das propostas para o futuro devem ser realizados dentro de uma abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional da localidade. Em outras palavras, o esforço de planejar o futuro, com base nos princípios da Agenda 21, gera inserção social e oportunidades para que as sociedades e os governos possam definir prioridades nas políticas públicas (AGENDA 21, 2002).

Ainda de acordo com a Agenda 21 (2002), é importante destacar que a Rio 92 foi orientada para o desenvolvimento, e que a Agenda 21 é uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável, onde, evidentemente, o meio ambiente é uma consideração de primeira ordem. O enfoque desse processo de planejamento apresentado com o nome de Agenda 21 não é restrito às questões ligadas à preservação e conservação da natureza, mas sim a uma proposta que rompe com o desenvolvimento dominante, onde predomina o econômico, dando lugar à sustentabilidade ampliada, que une a Agenda ambiental e a Agenda social, ao enunciar a indissociabilidade entre os fatores sociais e ambientais e a necessidade de que a degradação do meio ambiente seja enfrentada juntamente com o problema mundial da pobreza. Enfim, a Agenda 21 considera, dentre outras, questões estratégicas ligadas à geração de emprego e renda; à diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis e à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão.

Em termos das iniciativas, a Agenda 21 não deixa dúvida, os Governos têm o compromisso e a responsabilidade de deslanchar e facilitar o processo de implementação em todas as escalas. Além dos Governos, a convocação da Agenda 21 visa mobilizar todos os segmentos da sociedade. Essa concepção processual e gradativa da validação do conceito implica assumir que os princípios e as premissas que devem orientar a implementação da Agenda 21 não constituem um rol completo e acabado: torná-la realidade é antes de tudo um processo social no qual todos os envolvidos vão pactuando paulatinamente novos consensos e montando uma Agenda possível rumo ao futuro que se deseja, sustentável (SEMARH, 2008)

Em resumo, são estes os principais desafios do Programa Agenda 21: Implementar a Agenda 21 Brasileira, passada a etapa da elaboração, a Agenda 21 Brasileira tem agora o desafio de fazer com que todas as suas diretrizes e ações prioritárias sejam conhecidas, entendidas e transmitidas, entre outros, por meio da atuação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira (CPDS); implementação do Sistema da Agenda 21; mecanismos de implementação e monitoramento; integração das políticas públicas; promoção da inclusão das propostas da Agenda 21 Brasileira nos Planos das Agendas 21 Locais e orientar para a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais (AGENDA 21, 2002).

Segundo Formis (2001), a Agenda 21 Local é um dos principais instrumentos para se conduzir processos de mobilização, troca de informações, geração de consensos em torno dos problemas e soluções locais e estabelecimento de prioridades para a gestão, desde um estado, município, bacia hidrográfica, unidade de conservação, até um bairro, uma escola. O processo deve ser articulado com outros projetos, programas e atividades do governo e sociedade, sendo consolidado, dentre outros, a partir do envolvimento dos agentes regionais e locais; análise, identificação e promoção de instrumentos financeiros; difusão e intercâmbio de experiências; definição de indicadores de desempenho. Implementar a formação continuada em Agenda 21. Promover a educação para a sustentabilidade através da disseminação e intercâmbio de informações e experiências por meio de cursos, seminários, workshops e de material didático. Esta ação é fundamental para que os processos de Agendas 21 Locais ganhem um salto de qualidade, através da formulação de bases técnicas e políticas para a sua formação; trabalho conjunto com interlocutores locais; identificação das atividades, necessidades, custos, estratégias de implementação; aplicação de metodologias apropriadas, respeitando o estágio em que a Agenda 21 Local em questão está.

1.1 AGENDA 21 – PRINCIPAIS TEMÁTICAS E SITUAÇÃO DA MULHER

1.1.1. Agenda 21 como instrumento de gestão

A Agenda 21 trata-se de um documento consensual para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de diferentes países em um processo preparatório que durou dois anos e culminou com a realização da CNUMAD, em 1992, também conhecida por ECO-92.

O êxito das propostas se atribui aos Governos nacionais que devem comprometer-se em executá-las, e à cooperação internacional no sentido de apoiar e complementar esforços nacionais. Também considera o papel das organizações não governamentais e de outros grupos que possam contribuir e participar do esforço para a conquista do desenvolvimento sustentável (CNUMAD, 1997).

A Agenda 21 Global propõe um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, estado, município e/ou região, e planeja o futuro de forma sustentável.

Deste modo, Born (1998/1999), considera a Agenda 21 como um processo voltado para a identificação, implementação, monitoramento e ajuste, de um programa de ações e transformações em diversos campos da sociedade. Trata-se de um processo que resgata a raiz básica ao planejamento, ao apontar para cenários desejados e possíveis, cuja concretização passa pela pactuação de princípios, ações e meios entre os diversos atores sociais, no sentido de aproximar o desenvolvimento de uma dada localidade, região ou país, aos pressupostos e princípios da sustentabilidade do desenvolvimento humano. Portanto, deve ser processo público e participativo, em que haja o envolvimento dos agentes sociais.

Os Governos possuem a prerrogativa e a responsabilidade de deslanchar e facilitar o processo de implementação em todas as escalas. A convocação da Agenda visa mobilizar todos os segmentos da sociedade, chamando-os de “atores relevantes” e “parceiros do desenvolvimento sustentável” (MMA, 1998).

1.1.2. Agenda 21 no Brasil

A construção de Agendas 21 nacionais, regionais ou locais deve ter como condições prioritárias o processo participativo envolvendo os diversos atores sociais, como representantes da sociedade civil, governo e setor produtivo, e o aspecto propositivo de maneira que não se atenha apenas ao diagnóstico situacional de uma determinada área, mas

que emita propostas, recomendações e projetos a serem implementados pela sociedade como um todo (KOHLENER, 2003).

Atendendo às orientações da Agenda 21 Global o Brasil iniciou o processo de construção de sua Agenda nacional em 1997 com a criação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) que deveria redefinir o modelo de desenvolvimento do país, tendo como base o conceito de sustentabilidade (CPDS, 2002).

De acordo com BORN (1998-1999) a Agenda 21 Brasileira iniciou-se efetivamente a partir da Rio+5 em 1997, sob a coordenação da CPDS e com a participação de Ministérios, ONG, Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal de Minas Gerais. Foi definida a metodologia, os temas para a discussão e aberta concorrência pública para a formação de consórcios que deveriam elaborar os documentos e consulta pública nacional, pois a Agenda deve ser participativa.

A Agenda 21 Brasileira é um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. O documento é resultado de uma vasta consulta à população brasileira, sendo construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a construção da democracia participativa e da cidadania ativa no País. (AGENDA 21, 2002)

Ainda de acordo com a Agenda 21 (2002), a primeira fase foi a construção da Agenda 21 Brasileira. Esse processo que se deu de 1996 a 2002, foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional - CPDS e teve o envolvimento de cerca de 40.000 pessoas de todo o Brasil. O documento Agenda 21 Brasileira foi concluído em 2002.

Segundo a Agenda 21 (2002), a partir de 2003, a Agenda 21 Brasileira não somente entrou na fase de implementação assistida pela CPDS, como também foi elevada à condição de Programa do Plano Plurianual, PPA 2004-2007, pelo atual governo. Como programa, ela adquire mais força política e institucional, passando a ser instrumento fundamental para a construção do Brasil Sustentável, estando coadunada com as diretrizes da política ambiental do Governo, transversalidade, desenvolvimento sustentável, fortalecimento do Sistema e participação social e adotando referenciais importantes como a Carta da Terra.

Portanto, a Agenda 21, que tem provado ser um guia eficiente para processos de união da sociedade, compreensão dos conceitos de cidadania e de sua aplicação, é hoje um dos grandes instrumentos de formação de políticas públicas no Brasil (AGENDA 21 – MMA, 2008).

Foram escolhidos seis temas para a discussão nacional e elaboração de estratégias e ações: Cidades Sustentáveis, Agricultura Sustentável, Infra-estrutura e Integração Regional, Redução das Desigualdades Regionais, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável e Gestão de Recursos Naturais (MMA, 1998).

Em julho de 2002 concluiu-se a elaboração da Agenda 21 Brasileira que consta de dois documentos: “Agenda 21 Brasileira: Resultado da Consulta Nacional” e “Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias” onde estão propostas para a implementação para o desenvolvimento sustentável no país (FORMIS, 2006).

A posse do Governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 coincidiu com o início da fase de implementação da Agenda 21 Brasileira. A importância da Agenda como instrumento propulsor da democracia, da participação e da ação coletiva da sociedade foi reconhecida no Programa Lula, e suas diretrizes inseridas tanto no Plano de Governo quanto em suas orientações estratégicas (AGENDA 21 – MMA, 2008).

De acordo com a Agenda 21 – MMA, 2008, outro grande passo foi a utilização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira como subsídios para a Conferência Nacional de Meio Ambiente, Conferência das Cidades e Conferência da Saúde. Esta ampla inserção da Agenda 21 remete à necessidade de se elaborar e implementar políticas públicas em cada município e em cada região brasileira.

Para isso, um dos passos fundamentais desse governo foi transformá-la em programa no Plano Plurianual do Governo - PPA 2004/2007, o que lhe confere maior alcance, capilaridade e importância como política pública. O Programa Agenda 21 é composto por três ações estratégicas que estão sendo realizadas com a sociedade civil: implementar a Agenda 21 Brasileira; elaborar e implementar as Agendas 21 Locais e a formação continuada em Agenda 21. A prioridade é orientar para a elaboração e implementação de Agendas 21 Locais com base nos princípios da Agenda 21 Brasileira que, em consonância com a Agenda global, reconhece a importância do nível local na concretização de políticas públicas sustentáveis. Atualmente, existem mais de 544 processos de Agenda 21 Locais em andamento no Brasil, quase três vezes o número levantado até 2002 (AGENDA 21 – MMA, 2008).

1.1.3. Agenda 21 local

A Agenda 21 Local é um instrumento de planejamento de políticas públicas que envolve tanto a sociedade civil e o governo em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais e o debate sobre soluções para

esses problemas através da identificação e implementação de ações concretas que visem o desenvolvimento sustentável local (AGENDA 21 – MMA, 2008).

Os principais obstáculos à aplicação da Agenda 21 Local (2006) estão correlacionados principalmente com o cidadão, em função da falta de hábito de participação nas decisões locais ou regionais e insuficiente informação sobre temas que envolvem o desenvolvimento sustentável.

O capítulo 28 da Agenda 21 global estabelece que "cada autoridade em cada país implemente uma Agenda 21 local tendo como base de ação a construção, operacionalização e manutenção da infra-estrutura econômica, social e ambiental local, estabelecendo políticas ambientais locais e prestando assistência na implementação de políticas ambientais nacionais". Ainda segundo a Agenda 21, como muitos dos problemas e soluções apresentados neste documento têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais são fatores determinantes para o alcance de seus objetivos (AGENDA 21 – MMA, 2008).

Para o governo brasileiro, a construção da Agenda 21 Local vem ao encontro com a necessidade de se construir instrumentos de gestão e planejamento para o desenvolvimento sustentável. O processo de Agenda 21 Local pode começar tanto por iniciativa do poder público quanto da sociedade civil. De fato, a Agenda 21 Local é processo e documento de referência para Planos Diretores e orçamentos municipais, entre outros, podendo também ser desenvolvida por comunidades rurais, e em diferentes territorialidades, em bairros, áreas protegidas e bacias hidrográficas. E, reforçando ações dos setores relevantes, a Agenda 21 na escola, na empresa, nos biomas brasileiros é uma demanda crescente, cuja maioria das experiências existentes tem-se mostrado muito bem sucedidas.

Ainda segundo o MMA (2008), os principais desafios da Agenda 21 Local consistem no planejamento voltado para a ação compartilhada, na construção de propostas pactuadas, voltadas para a elaboração de uma visão de futuro entre os diferentes atores envolvidos; condução de um processo contínuo e sustentável; descentralização e controle social e incorporação de uma visão multidisciplinar em todas as etapas do processo. Desta forma, governo e sociedade estão utilizando este poderoso instrumento de planejamento estratégico participativo para a construção de cenários consensuados, em regime de co-responsabilidade, que devem servir de subsídios à elaboração de políticas públicas sustentáveis, orientadas para harmonizar desenvolvimento econômico, justiça social e equilíbrio ambiental.

A Agenda 21 de Pernambuco é um processo de planejamento participativo, com a mobilização de todos os segmentos da sociedade, que diagnostica e analisa a situação do

Estado e estabelece uma estratégia de ação, baseada em compromissos de mudanças, democratização e descentralização. A construção da Agenda teve a coordenação do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) e da Secretaria Executiva do Fórum Estadual da Agenda 21 de Pernambuco.

As discussões em torno da Agenda tiveram início em 1999, ano em que foi criado o Fórum Estadual da Agenda 21 de Pernambuco, com a finalidade de acompanhar e avaliar o processo e a implementação de um plano de ação estratégico, visando à formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, com a participação contínua de todos os segmentos da sociedade.

A construção da Agenda 21 de Pernambuco baseou-se na metodologia da Agenda 21 Brasileira, consultando a população e adequando as premissas e os temas considerados prioritários à realidade do Estado. O processo de elaboração do plano estratégico observa o estabelecimento de parcerias, enfatizando que a Agenda 21 não é um plano de governo, nem uma agenda meramente ambiental, mas uma proposta de estratégia integrada, destinada a subsidiar políticas públicas e estabelecer mecanismos de controle social que garantam a co-responsabilidade dos parceiros, inclusive na fase de implementação das ações (AGENDA 21 – MMA, 2008).

Para elaborar a Agenda 21 de Pernambuco, foram escolhidos e aprovados, pelo Fórum Estadual da Agenda 21, seis eixos temáticos prioritários (Quadro 02), fundamentados no conceito de sustentabilidade social, econômica e ambiental e de acordo com as potencialidades e vulnerabilidades dos recursos disponíveis no Estado e a Declaração do Milênio e as prioridades da Agenda 21 do Estado de Pernambuco, demonstradas no quadro 03.

Para este estudo será analisado o terceiro eixo, Redução das Desigualdades Sociais, sendo aprofundado o objetivo 3, que trata da promoção da igualdade de gênero e fortalecimento do papel da mulher, que tem como metas eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária até 2005 e em todos os níveis da educação até 2015 e foco nos indicadores que tratam da relação entre os sexos feminino e masculino na educação primária, secundária e superior e taxa de analfabetismos entre homens e mulheres de 15 a 24 anos.

QUADRO 01. Eixos temáticos prioritários da Agenda 21 de Pernambuco.

CIDADES SUSTENTÁVEIS
Esse tema abordou o uso e a ocupação do solo; planejamento e gestão urbana; habitação e melhoria das condições ambientais; garantia de direito de acesso às cidades; padrões de consumo; reciclagem e coleta seletiva de lixo; prevenção, controle e diminuição dos impactos ambientais em áreas urbanas; conservação do patrimônio histórico; rede urbana e desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos; transporte urbano; abastecimento de água e serviços de esgoto sanitário.
INFRA-ESTRUTURA
O debate em torno desse tema abordou questões, tais como: transportes e uso de tecnologias seguras e menos poluentes; maior cobertura social dos serviços energéticos; fornecimento de energia ambientalmente saudável; racionalização do uso de energia alternativa e reavaliação dos atuais padrões de consumo; e comunicação, compreendendo telecomunicações, computação e informação.
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS
Foram trabalhados, nesse tema, os seguintes itens: pobreza; sistema educacional; qualificação e emprego; distribuição de renda; saúde; dinâmica demográfica e os impactos sobre o desenvolvimento; acesso de oportunidades aos grupos considerados vulneráveis, como mulheres, crianças, adolescentes, índios, afro-descendentes, etc.
ECONOMIA SUSTENTÁVEL
As discussões abrangeram os princípios da economia sustentável em Pernambuco e a visão regionalizada do Estado em termos das vocações e potencialidades para o desenvolvimento. Foi feita uma análise da cadeia produtiva e do papel das novas tecnologias, principalmente no que se refere ao apoio a empreendimentos inovadores. Foi abordada a criação de instrumentos econômicos que venham a induzir políticas e ações.
GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS
Esse tema focalizou os seguintes itens: solo; recursos hídricos e florestais; uso e proteção dos recursos da fauna e da flora; recursos pesqueiros; preservação e conservação e usos da biodiversidade; oceanos, zoneamento costeiros, mangues, conservação e uso sustentável dos recursos do mar; instrumentos de monitoramento e controle; e políticas voltadas para o manejo adequado do uso dos recursos naturais.
COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E CONVIVÊNCIA COM A SECA
As discussões envolveram: ciência e tecnologia para o desenvolvimento do semi-árido, uso e conservação da biodiversidade, recuperação de áreas em processo de desertificação, indicadores e monitoramento da desertificação, capacitação técnica e educação ambiental.

Fonte: Agenda 21 de Pernambuco, 2002.

QUADRO 02 – Objetivos, metas e indicadores da Declaração do Milênio e as prioridades da Agenda 21 do Estado de Pernambuco.

Objetivo 3	Promoção da igualdade de gênero e fortalecimento do papel da mulher		
meta 5	Eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária até 2005, e em todos os níveis de educação até 2015.	10.	Relação entre os sexos feminino e masculino na educação primária, secundária e superior.
		11.	Taxa de analfabetismo entre homens e mulheres de 15-24 anos.
		12.	Percentual de mulheres com trabalho assalariado empregadas fora do setor agrícola
		13.	Parte das vagas para o parlamento reservada para mulheres.

Fonte: Agenda 21 de Pernambuco, 2002.

Redução das Desigualdades Sociais

Um dos seis eixos formulados que pode ser verificado neste item, através de estudos realizados na formulação da Agenda 21 de Pernambuco, trabalha com a hipótese de que as disparidades regionais são muito significativas no Estado. Como principais causas deste círculo vicioso da concentração de renda estão as condições precárias de trabalho e a baixa remuneração para o segmento de trabalhadores com baixa ou nenhuma escolaridade (SECTMA – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2008).

Segundo a SECTMA (2008), foram cinco as estratégias propostas para este eixo temático: combate à pobreza, educação para o desenvolvimento, saúde para o desenvolvimento, fortalecimento de grupos vulneráveis e combate à violência. A estratégia 10 trata do Fortalecimento de Grupos Vulneráveis e aborda sobre as precárias condições de vida das mulheres pobres, evidenciando a importância de se levar em consideração a discriminação de gênero. Nas famílias situadas abaixo da linha de pobreza, pode-se verificar também a existência significativa de mulheres chefes de família. Dentre as ações formuladas na Agenda 21 de Pernambuco para solucionar esses problemas, destaca-se a primeira e foco deste trabalho de pesquisa, melhorar as condições de vida da mulher.

A Carta da Terra apresenta, no item 11.

“Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.

a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.

b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.

c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.”

Perfil da População

De acordo com os dados do IBGE (2002), o Estado de Pernambuco, que contava, em 1991, com uma população de 7.127.855 habitantes avançou, em 2000, para, apenas, 7.918.344 habitantes. Os dados apontam para uma taxa média geométrica de crescimento anual de 1,19%. Trata-se de uma baixa taxa, mas que acompanha o Nordeste (1,31%). A Região Nordeste apresentou a menor taxa média de crescimento geométrico da década, entre as demais regiões brasileiras, e, particularmente, abaixo da taxa nacional, situada em 1,64%.

Esse dado é conseqüência do decréscimo do ritmo do crescimento vegetativo da população, combinado, em pequena escala, a um possível residual fluxo migratório para outras regiões.

A análise da distribuição da população em Pernambuco mostra que três mesorregiões — Mata, Agreste e Sertão — vêm perdendo participação relativa na população do Estado, enquanto duas mesorregiões — São Francisco e a Região Metropolitana — vêm aumentando sua participação na população total. Os maiores ganhos de população deram-se quando a infra-estrutura social foi canalizada para a Região Metropolitana, em razão dos fluxos migratórios na direção da cidade do Recife. Essa mesorregião aumentou a sua participação de 35,4%, em 1970, para 42,1%, em 2000. As perdas de população relativa do Agreste são as mais significativas, tendo a sua participação na população do Estado caído de 29,8%, em 1970, para 25,2%, em 2000.

Em termos de distribuição da população por sexo, verifica-se maior percentual de mulheres do que de homens em todas as mesorregiões do Estado, conforme apresentado no Quadro 03.

Saúde da mulher

Para se atingir um progresso neste item, é de grande importância que se formule uma política de atenção integral a saúde da população feminina, através de uma gestão das políticas, programas e projetos em articulação com outras áreas cujas atividades repercutem na saúde da mulher. A saúde da mulher deve ser prioridade no contexto da gestão federal do Sistema único de Saúde (SUS), em acordo com as diretrizes do Pacto pela Saúde, das Metas do Milênio e diversos acordos nacionais e internacionais, especialmente nas ações referentes à redução da mortalidade materna, ao planejamento reprodutivo, humanização e qualificação da atenção obstétrica (CNM – Confederação Nacional de Municípios, 2009).

De acordo com a CNM (2009), a melhoria das condições de saúde da mulher depende do êxito na concretização destas ações. Atividades educativas são de extrema importância para que se possibilite às mulheres maior conhecimento de seu próprio corpo, facilitando o exercício da sexualidade, alertando sobre os problemas mais comuns de saúde e de como é possível prevenir doenças e promover a saúde como fator de melhoria da qualidade de vida.

Dentre as ações propostas na Agenda 21 em relação a saúde da mulher para que se tenha um parâmetro de melhoria deste item tão importante na vida de cada uma, pois muitas delas tratam sobre riscos na gravidez, doenças, como também no ganho em relação a inserção no trabalho pode-se verificar:

-Investigar o óbito da mulher em idade fértil, seus fatores de risco, causas e locais,

desenvolvendo ações para a redução da morbimortalidade materna.

- Promover uma maternidade segura e sem dor, incentivando os partos naturais e informando sobre os riscos do parto cesariana.
- Ampliar as campanhas de controle preventivo do câncer uterino e de mama.
- Promover campanhas para redução do número de gravidez precoce das adolescentes.
- Aumentar o controle para localização e punição de clínicas e locais aonde vêm sendo feitos abortos ilegais.
- Incentivar campanhas de planejamento familiar.
- Aumentar o número de creches pré-escolares, para facilitar a inserção das mulheres-mães no mercado de trabalho.
- Dar prioridade ao atendimento a mulheres chefes de família.

Condições de vida da mulher

O dia 8 de março de 1908 foi um marco na história da humanidade, principalmente das mulheres, pois foi criado o Dia Internacional da Mulher para homenagear as 126 operárias norte-americanas que foram assassinadas na fábrica têxtil onde trabalhavam em Nova Iorque, nos EUA, por suas reivindicações de melhores condições de trabalho e de vida.

O movimento de mulheres no Brasil iniciou-se a partir da década de setenta e foi marcado por grupos de mulheres que reivindicavam a redemocratização do país e a melhoria nas condições de vida e de trabalho da população brasileira. No ano de 1975, foi criado o Ano Internacional da Mulher, através da realização da I Conferência Mundial da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, instituindo-se a Década da Mulher.

Com o objetivo de reduzir a condição de inferioridade da mulher em relação ao homem, a Agenda 21 traz em um dos seus eixos, Redução das Desigualdades Sociais, algumas ações que, caso colocadas em prática, irão contribuir enormemente. São elas:

- Combater a violência contra a mulher, tanto a da esfera familiar quanto a da rua, ampliando a sua segurança física e psicológica.
- Garantir melhores salários para as professoras, possibilitando o eficiente desempenho das suas funções enquanto educadora.
- Aumentar a participação da mulher nas escolas e universidades, ampliando as suas oportunidades no mercado de trabalho e o conceito de cidadania.

- .-Assegurar a não-discriminação da mulher nos currículos e livros e resgatar sua imagem feminina, tornando-a digna no imaginário coletivo.
- .-Garantir os direitos reprodutivos da mulher, como opção ao exercício da maternidade e fator de dinâmica populacional.
- .-Ampliar os programas voltados à saúde da mulher, atendendo às necessidades específicas do feminino e garantindo o seu direito à saúde como condição digna de cidadã.
- .-Apoiar projetos e pesquisas sobre a mulher, nos seus diversos aspectos, ampliando os conhecimentos sobre a sua realidade específica, para a orientação de políticas que norteiem práticas de equidade social.
- .-Lutar contra a discriminação da mulher no trabalho, possibilitando maior igualdade no mercado.
- .-Garantir igualdade de oportunidades na função pública, assegurando à mulher espaço equânime para o exercício de vocações de liderança e de qualificação profissional.

CAPÍTULO 2 - MULHER E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Estado de Pernambuco tem sido referência para os demais estados da região Nordeste no processo de elaboração das Agendas 21 locais. O Fórum da Agenda 21 de Pernambuco foi criado em 06.09.1999, por meio de decreto estadual para elaborar, acompanhar e analisar a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Em 16.10.1999 foi assinado um protocolo de intenções com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), para viabilizar recursos para a agenda estadual. Foi definido um projeto-piloto para a implantação das Agendas 21 locais que contou com o apoio técnico e financeiro do Ministério do Meio Ambiente.

Dentro desse contexto, encontram-se importantes discussões sobre gênero e os decorrentes investimentos feitos na educação, saúde e na melhoria da qualidade de vida das mulheres.

A mulher, como primeira gestora dos recursos naturais torna-se uma multiplicadora de comportamentos conservacionistas, porque, na administração de sua casa, seu exemplo transmite aos futuros homens e mulheres que o uso parcimonioso de hoje é a garantia da sustentabilidade de amanhã.

Sua importância evidencia-se também na conservação da energia e dos recursos naturais quando ela determina, por exemplo, a justa quantidade de lenha que vai queimar para cozinhar, ou sabe a quantidade de querosene que deve colocar em um recipiente para ferver aquele alimento específico, ou ainda para produzir luz por um determinado tempo.

Neste momento, mesmo nas regiões mais distantes, ela está desempenhando o importante papel de gestora, consumidora, conservadora e educadora do meio ambiente e assumindo uma posição vital no processo econômico ao lidar com a economia doméstica e com os hábitos de sua família.

Para uma melhor compreensão sobre a influência da mulher dentro do universo e local desta pesquisa, pode-se observar que na distribuição da população de Pernambuco por sexo, verifica-se maior percentual de mulheres do que de homens em todas as mesorregiões do Estado, conforme indica o Quadro 03 a seguir.

QUADRO 03 - População residente nas mesorregiões do Estado de Pernambuco, segundo o domicílio e o sexo.

Mesorregiões	Total (hab.)	Homens	Mulheres
Total	7.918.344	3.826.657	4.091.687
Zona do Agreste	1.993.868	970.306	1.023.562
Zona da Mata	1.207.274	597.005	610.269
Região Metropolitana do Recife	3.339.616	1.583.049	1.756.567
Região do São Francisco	465.672	229.413	236.259
Zona do Sertão	911.914	446.884	465.030

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000.

Através destes números, pode-se verificar o grau de importância que a mulher pode exercer em qualquer movimento dentro do estado de Pernambuco, uma vez que responde ao maior percentual da população do Estado.

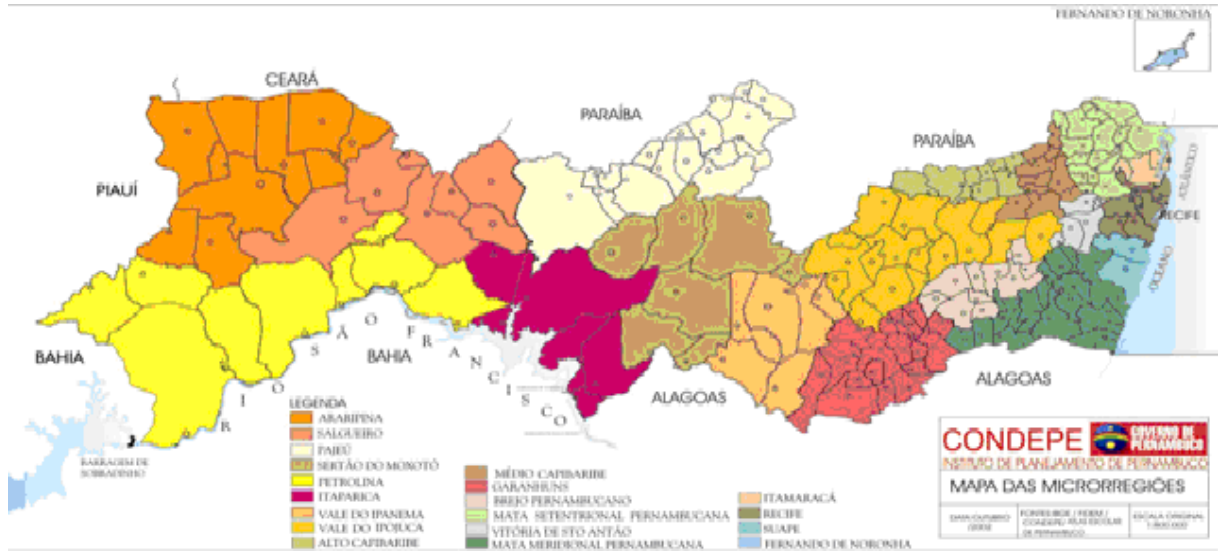
A pesquisa aborda a temática analisando as questões apresentadas através da hipótese: Com a elaboração e implementação de um planejamento e de iniciativas por parte dos governos locais, bem como das comunidades, especialmente do movimento em prol das mulheres, é possível melhorar a aderência dos projetos existentes e em andamento com os princípios formulados no capítulo 24 da Agenda 21.

A análise pauta-se no processo de desenvolvimento e planejamento, suas articulações com os governos locais e suas comunidades e contribuições para as bases sólidas de políticas públicas de combate à desigualdade de gêneros, através de ações definidas na Agenda 21, através de programas e projetos que contemplam a redistribuição de renda e trabalho, com o objetivo de identificar os resultados obtidos pela aplicação dos indicadores 10 e 11, Relação entre os sexos feminino e masculino na educação primária, secundária e superior e Taxa de analfabetismo entre homens e mulheres de 15-24 anos, contidos no quadro 02 – objetivos, metas e indicadores da Declaração do Milênio e as prioridades da Agenda 21 do Estado de Pernambuco, analisados nos municípios de Ipojuca, litoral sul do estado de Pernambuco e Pesqueira, região agreste central.

A expectativa foi consolidar a identificação das ações propostas e formuladas na Agenda 21, mais especificamente o capítulo 24, que trata sobre a *Ação Mundial pela Mulher, com vistas a um Desenvolvimento Sustentável e Equitativo*, focando a Agenda 21 local, realizando um comparativo entre o que foi formulado na Agenda 21 em 1992, a elaboração desta e quais ações em favor da mulher foram efetivamente criadas e executadas e quais as propostas futuras.

O Estado de Pernambuco é dividido em 11 Regiões de Desenvolvimento (RD) e em 19 microrregiões. Os dois municípios em estudo estão apresentados nas Figuras 01 e 02 dos mapas a seguir.

FIGURA 01. Representação de Pernambuco e suas 19 Microrregiões



Fonte: Condepe – Fidem, 2009.

Através deste mapa, pode-se visualizar bem mais detalhadamente a localização por microrregiões em que cada município pesquisado está. O de Ipojuca na microrregião de Suape, pólo industrial do Estado e o de Pesqueira na microrregião Vale do Ipanema, pólo de confecções do Estado. Na Figura 02 a seguir estão representadas todas as RD do Estado e seus municípios.

FIGURA 02. Representação de Pernambuco, seus municípios e Regiões de Desenvolvimento.



Fonte: SPRRA – Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária , 2009.

Na Figura 03, pode-se visualizar melhor as divisões dos pólos de segmentos por RD do Estado de Pernambuco.

FIGURA 03. Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco.



Fonte: Condepe – Fidem, 2009.

Verifica-se que o município de Pesqueira está na RD Agreste Central – Pólo de Confeções e o município de Ipojuca na RD Metropolitana e faz parte do Pólo de Suape. Abaixo apresentam-se duas Figuras 04 e 05 detalhando-se as RD Agreste Central e a RD Metropolitana e quais os municípios integrantes das mesmas.

FIGURA 04. Mapa dos Municípios da Região de Desenvolvimento Agreste Central de Pernambuco



Fonte: Condepe-Fidem, 2009.

FIGURA 05. Representação dos Municípios da Região de Desenvolvimento Metropolitana de Pernambuco



Fonte: Condepe-Fidem, 2009.

2.1 - CONQUISTAS E DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

No Brasil, importantes avanços registrados desde a redemocratização ainda convivem com a persistência de graves violações de direitos. Esses fatos demonstram que, não obstante as inúmeras conquistas que expandiram a proteção dos direitos humanos exigem-se, ainda, muitas outras iniciativas e mudanças no âmbito dos poderes públicos e também na esfera da vida social para atingir o desejável estágio de universalização e consolidação. Mesmo com uma economia estável, dinâmica e emergente, e com agressivas políticas de inclusão social, o Brasil ainda registra indicadores estatísticos apontando grave desigualdade na distribuição de renda. As políticas de Estado voltadas para a conquista da igualdade econômico-social ainda requerem esforços permanentes de longa duração para que se verifique o pleno cumprimento das obrigações internacionalmente assumidas para a proteção e promoção dos direitos humanos. Agenda 21 (2008).

Ratificando o direito soberano dos Estados em aproveitar seus recursos, orientando, porém quanto a necessidade de que essas ações fossem norteadas para a sustentabilidade, surgiu a Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma carta que contém 27 princípios e obrigações dos Estados em relação ao meio ambiente e desenvolvimento.

Nessa declaração foi salientada a participação da mulher para que se pudesse garantir o desenvolvimento sustentável.

2.1.1 Dos Direitos da Mulher

A sociedade brasileira foi historicamente organizada sob o signo do patriarcalismo. Marco constitutivo da formação nacional, sua reprodução social refletiu-se na constituição de dinâmicas sociais, de instituições políticas, de práticas econômicas e de representações culturais caracterizadas pela perspectiva da desigualdade de gênero.

Para a transformação deste quadro, a promoção dos direitos das mulheres no Brasil tem envolvido, nas duas últimas décadas, a aproximação entre o Estado e a sociedade civil, com resultados sob a forma de mudanças da legislação nacional na matéria e da construção de novas diretrizes para a formulação de políticas públicas.

Hoje, a atuação do Estado é coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, criada em 2003 com *status* ministerial, e orientada pelo I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), agora em fase de atualização com vistas a incorporar as prioridades no tema, fruto das discussões realizadas na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (agosto de 2007). No marco do Plano, uma importante medida consistiu na edição, em 2006, da lei 11.340/06, conhecida como “Lei Maria da Penha”, que regula o tema da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Resta ao Estado, enfrentar o desafio de promover uma mudança cultural dos profissionais que devem aplicar a lei, de modo a que ela seja universalmente implementada no país (PNUD, 2007-2008).

Ainda segundo dados do PNUD (2007-2008), a despeito das iniciativas que vêm sendo tomadas, a desigualdade de gênero persiste no Brasil e sua redução é lenta. Em 1995, homens com características similares e inseridas no mesmo segmento do mercado de trabalho que as mulheres recebiam remuneração 66,3% maior, diferencial que caiu para 56,1 % em 2005. Com relação à presença de mulheres em cargos de comando de empresas privadas, a desigualdade se mantém: entre os funcionários de nível executivo, a taxa é de 11,5% em 2007 (era de 10,6% em 2005) muito longe de representar a participação das mulheres no total da população brasileira (51,3%) e na população economicamente ativa (43,5%); atesta a permanência de um “funil hierárquico”: quanto mais alto o cargo, menor a presença feminina. Por fim, registra-se baixa participação de mulheres em cargos nos legislativos e executivos das três esferas da Federação: por mais que possuam níveis educacionais médios superiores

aos masculinos, as mulheres ainda ocupam menos de 9% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 12% no Senado Federal (PNUD, 2007-2008).

Ainda segundo o PNUD (2007-2008), não importa quão alto é o IDH : na Islândia (país de maior IDH) ou em Serra Leoa (país de pior IDH do ranking de 179 nações), as mulheres têm salários menores do que os homens. É isso que diz a edição de 2008 da Medida de Participação Segundo o Gênero (MPG), indicador que mede a participação feminina em cargos legislativos, de alto escalão e de gerência, e calcula a diferença entre o salário dos homens e das mulheres. Há países em que a diferença de renda entre gêneros é bem menor do que em outros, mas em todos os homens ganham mais.

Segundo dados desse relatório, o Brasil, com índice de 0,498 (quanto mais perto do número 1, melhor), é o 81º em um ranking de 108 países para o indicador, que usa dados de 2006. O levantamento mostra que apesar de as brasileiras apresentarem maior esperança de vida ao nascer (75,8 anos, contra 68,4 dos homens), maior taxa de alfabetização (89,9% das mulheres com mais de 15 anos estavam alfabetizadas em 2006, contra 89,4% dos homens), e maior taxa bruta de frequência à escola (89,4% das mulheres para 85,1% dos homens), o rendimento feminino, no Brasil é, em média, 56% do rendimento masculino. Isso significa que se os homens recebem R\$ 1.000, as mulheres ganham apenas R\$ 560 (PNUD, 2007-2008).

Isso se dá por conta de antigas convenções sociais de gênero, de acordo com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM, 2009), que atua na implementação das atividades do Programa Regional de Gênero, Raça, Etnia e Pobreza do fundo.

Segundo as convenções, a mulher normalmente ocupa o espaço privado e o homem o espaço público, como o principal provedor da casa. No entanto, a mulher vem ganhando espaço, mas isso não está se refletindo no mercado de trabalho, onde há o chamado teto de vidro: quanto mais alto o posto nas empresas, menor o número de mulheres.

A falta de mulheres em cargos de chefia não acontece somente por culpa das empresas. O UNIFEM tem um programa de promoção da igualdade de gêneros nas companhias, que promove cursos de capacitação para que as mulheres estejam aptas a ocupar cargos de gerência e muitas empresas afirmam que é difícil preencher as vagas dos cursos, pois não há procura das próprias mulheres.

De acordo com dados de medida de participação segundo o gênero, o país com melhor índice (que indica menor desigualdade de gêneros) é a Suécia (MPG de 0,925), que também conta com a menor diferença entre rendimento (a mulher ganha 84% do salário do

homem). Apesar disso, as mulheres ocupam apenas 32% dos cargos legislativos, 47% dos de alto escalão. Na ponta de baixo está o Iêmen (MPG de 0, 136), onde as mulheres ganham apenas 30% do salário dos homens, ocupam 0,7% dos cargos legislativos e têm 4% das posições de alto escalão. No Brasil, elas ocupam 9,4% dos cargos legislativos, 35% dos de alto escalão, e 53% dos postos de gestão.

Nas estatísticas do índice de 2008, a baixa presença das mulheres em cargos legislativos (os menos ocupados por mulheres), de alto escalão e de gerência acontece até mesmo nos países que têm as menores diferenças entre o rendimento das mulheres e dos homens (PNUD, 2007-2008).

De acordo com o PNUD - Flávio Comim (2008), uma das formas de reverter a situação brasileira é investir em uma educação que valorize o papel da mulher no trabalho e encoraje as meninas para áreas mais técnicas. Esses dados mostram que o problema brasileiro é no mercado de trabalho, e por isso, as políticas devem ir além de uma universalização da educação, visando valores e qualidade.

As mulheres dedicam 27 horas semanais para os trabalhos domésticos, enquanto os homens dedicam dez, independentemente de trabalharem fora ou não. (UNIFEM, 2008). Segundo este relatório, um fator importante para a diferença de renda é o tipo de carreira escolhido por cada sexo. As mulheres procuram cursos como Assistência Social, Enfermagem e Letras, menos valorizados, enquanto os homens, associados às características como objetividade e racionalidade, buscam Engenharia, Direito e Medicina. Para que essa mudança de mentalidade aconteça, é importante a divulgação de dados como o MPG, revelando desigualdade existente entre os gêneros. É necessário que se mostre que este não é um quadro natural.

Ainda de acordo com a desigualdade de gênero na educação, os Africanos estão entre os menos desiguais. Os países escandinavos, primeiros no ranking do IDH, disputam os primeiros lugares da lista de países com menor diferença de renda entre homens e mulheres com países africanos, que figuram no final do ranking do IDH. O Quênia, 144º no ranking do IDH, está em segundo lugar em igualdade de rendimento entre os sexos (as mulheres ganham 82% dos homens). Moçambique, 175º no IDH, é o terceiro de menor desigualdade de renda (mulheres ganham 81% do salário masculino). Na lista dos dez primeiros colocados ainda estão duas nações africanas — Burundi e Malawi — com baixo IDH.

A explicação para isso, segundo Comim (2008), está no fato de que ter um desenvolvimento mais baixo não significa que a discriminação contra as mulheres seja maior. A mesma lógica vale pra os países desenvolvidos que, independentemente do alto IDH,

apresentam grandes diferenças nos rendimentos femininos e masculinos — como é o caso da Áustria (que está em 19º lugar no ranking do IDH e é o 144º na comparação entre rendimentos de homens e de mulheres), do Japão (8º no IDH e 126º na comparação dos rendimentos) e da Itália (19º no primeiro ranking e 117º no segundo). Comim (2008), afirma ainda, que os casos específicos do Quênia e de Moçambique podem refletir uma tradição desses países de ter um papel das mulheres forte.

Se um número considerável de países africanos está entre os de menor diferença entre o rendimento das mulheres e dos homens, no final da lista há outra constante: os países islâmicos. Os dez últimos lugares são todos de religião muçulmana. Segundo o UNIFEM (2009), essas desigualdades são convenções sociais, e nos países muçulmanos o papel da mulher é mais subordinado.

A igualdade de gêneros foi tema do RDH (Relatório de Desenvolvimento Humano) de 1995, quando, pela primeira, vez foram calculados a MPG e o IDG (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado ao Gênero). Sobre a importância do assunto, o relatório diz: que o reconhecimento de direitos iguais para mulheres e homens, e a determinação em combater a discriminação de gênero, são conquistas iguais em importância à abolição da escravidão, à eliminação do colonialismo e ao estabelecimento de direitos iguais para minorias étnicas e raciais. Segundo o relatório, desenvolvimento humano significa o aumento das escolhas para todas as pessoas, não só para uma parte da sociedade. Este processo torna-se injusto e discriminatório se a maioria das mulheres é excluída de seus benefícios. A contínua exclusão das mulheres de muitas oportunidades econômicas e políticas é uma contínua acusação ao progresso moderno.

De acordo com o PNUD (2007 - 2008), a pobreza é menor se há equidade de gênero. Uma análise realizada em países em desenvolvimento aponta que parcela de pobres é menor onde indicador de homens e mulheres são mais parecidos. Países em desenvolvimento que têm menor desigualdade entre homens e mulheres tendem a apresentar também taxas de pobreza mais baixas, segundo economistas do Banco Mundial (2008). Para chegar a essa conclusão, foram analisados outros estudos sobre o tema e realizado um cruzamento com os dados de pobreza (proporção de pessoas que vivem com menos de US\$ 2 por dia) e do IDG, elaborado pelo PNUD de 73 países.

Segundo o PNUD (2007-2008), a participação da força de trabalho feminina, em particular, parece ter um papel importante em amortecer o impacto dos choques macroeconômicos nas famílias e protegê-las de cair na miséria, afirmam Andrew Morrison,

Dhushyanth Raju e Nistha Sinha, autores do artigo, baseado em estudo feito pelos mesmos especialistas para o Relatório de Desenvolvimento Global 2007, do Banco Mundial.

Os autores, no entanto, frisam que não é possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre igualdade de gênero e redução da pobreza. Eles argumentam, por exemplo, que seria também legítimo concluir justamente o contrário: que o aumento da renda é que leva à igualdade de gêneros — uma vez que a discriminação acaba sendo custosa a mercados de trabalho mais competitivos.

O artigo, citando estudo sobre o Brasil, indica que há três principais razões pelas quais uma família chefiada por mulher possa ser mais pobre: as trabalhadoras ganham menos que seus colegas homens; essas famílias têm menos adultos e, portanto, menos fontes de renda (freqüentemente domicílios chefiados por homens contam também com o rendimento da mulher); e a razão de dependência é maior (há proporcionalmente menos pessoas com renda sustentando mais pessoas sem renda). Isso não significa, porém, que famílias chefiadas por mulheres são sempre mais pobres. A bibliografia sobre o tema não é conclusiva, dizem os autores. Uma revisão de 61 estudos sobre chefia de domicílios apontou que 38 deles detectaram maior proporção de famílias matriarcais entre os pobres do que na população em geral. Um outro trabalho citado no artigo verificou que a relação entre mulheres chefes de família e pobreza é forte em apenas dois de dez países examinados. Uma das razões para esses resultados diferentes é que a definição de chefia de domicílio (ou de família) não é consensual, sugerem os autores. Além disso, as famílias chefiadas por mulheres são bastante diversas. Dependendo do país ou região, as chefes são predominantemente viúvas idosas, mulheres divorciadas, mães solteiras ou mulheres cujo marido é migrante — perfis que resultam em diferentes graus de vulnerabilidade (idosas e viúvas, por exemplo, tendem a ser mais sujeitas à pobreza do que mulheres que recebem uma renda do marido migrante).

2.2 A MULHER E O TRABALHO

Nos tempos mais remotos, nas sociedades primitivas, o lar era, na verdade, a principal unidade econômica de produção. Ali se tecia a lã, confeccionava-se o vestuário, coziavam-se as cerâmicas, preparava-se o alimento, mantinham-se os animais domesticados e, ao seu redor, cultivavam-se as plantações. O treinamento do homem, desde sua infância, era ali realizado e as únicas atividades “fora do lar”, como a caça e a pesca, eram reservadas aos indivíduos masculinos, porque, de certa maneira, exigiam mais força física e disposição para enfrentar os

perigos. Dentro desse contexto, a mulher assumia uma posição verdadeiramente nuclear na unidade de produção, que também era o seu lar. Ali se iniciava uma rígida divisão de tarefas entre os sexos, em que o trabalho fora do lar tendia a ficar vedado à participação feminina.

Antigamente, a atribuição das tarefas domésticas exclusiva às mulheres, iniciou a solidificar-se como um aspecto da natureza do sexo feminino e como base para a rígida divisão do trabalho entre homens e mulheres (LEITE, 1994).

Apenas no século XX foi que alguns eventos contribuíram para o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Um desses eventos foi a Revolução Russa, de 1917, cujo princípio programático era uma igualdade de acesso ao trabalho para homens e mulheres.

A inserção da mulher no mercado de trabalho remunerado provocou profundas transformações no mercado e na família (CASTELLS, 1999).

Segundo Leite (1994), o conhecimento é a chave que tem aberto e que pode proporcionar às mulheres oportunidades concretas de realização profissional.

Mesmo tendo adentrado o mundo do trabalho e da vida pública, recentemente muitas mulheres já trazem contribuições significativas para o novo paradigma das organizações que valorizam características como flexibilidade, sensibilidade, intuição, capacidade para trabalhar em equipe e administrar a diversidade (CARREIRA, AJAMIL E MOREIRA, 2001).

Segundo estes autores, dois fenômenos econômicos possibilitaram às mulheres inserirem-se no mercado na condição de empresárias. O primeiro foi o crescimento considerável do setor de serviços, que as levou a se lançarem como empresárias de pequenas empresas para explorar as oportunidades do setor. O segundo fenômeno, que ampliou o batalhão de mulheres atuando em microempreendimentos foi a terceirização. Tanto um quanto o outro vêm gerando oportunidades de trabalho por conta própria para muitas mulheres. Geralmente, dentro das próprias casas, tanto na periferia das grandes cidades como na zona rural, mulheres têm-se tornado microempreendedoras.

Este processo torna-se injusto e discriminatório se a maioria das mulheres é excluída de seus benefícios. A contínua exclusão das mulheres de muitas oportunidades econômicas e políticas é uma contínua acusação ao progresso moderno.

A Agenda 21 veio corroborar essas teorias, quando a comunidade internacional concebeu e aprovou durante a Rio 92, assumindo, assim, compromissos com a mudança da matriz de desenvolvimento no século XXI. O termo "Agenda" foi concebido no sentido de intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização em que predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações.

A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas.

2.3. O PAPEL DA MULHER NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.3.1. Desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento sustentável, termo aplicado ao desenvolvimento econômico e social que permite enfrentar as necessidades do presente, sem pôr em perigo a capacidade de futuras gerações para satisfazerem suas próprias necessidades.

Segundo Milanez (1998), a expressão desenvolvimento sustentável é uma nova maneira de se ver o desenvolvimento. A sociedade busca nesta nova forma de desenvolvimento, o equilíbrio em satisfazer as necessidades e as aspirações humanas com o foco na qualidade de vida, respeitando o meio ambiente sensível às mudanças. O autor destaca que a sustentabilidade não é uma coisa a ser atingida e sim um processo contínuo.

A concepção de desenvolvimento sustentável, neste início de século XXI, ainda é muito complexa, pois envolve um grande número de interações entre os fatores políticos, sociais, econômicos e culturais, de uma região, acrescentadas as variáveis urbano/rurais, aumentando assim, o nível de complexidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável, como é conhecido hoje, foi mais amplamente divulgado após a conclusão do estudo feito pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas ou *World Commission on Environment and Development* (WCED), *Our common future* (Nosso futuro comum), em 1987, que também ficou conhecido como Relatório Brundtland.

Segundo o Relatório Brundtland (nome dado em homenagem à presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega), o conceito de desenvolvimento sustentável é a busca simultânea da eficiência econômica, da justiça social e da harmonia ambiental.

Durante as décadas de 1970 e 1980 tornou-se cada vez mais claro que os recursos naturais estavam sendo dilapidados em nome do "desenvolvimento". Estavam se produzindo mudanças imprevistas na atmosfera, nos solos, nas águas, entre as plantas e os animais e nas

relações entre todos eles. Foi necessário reconhecer que a velocidade da transformação era tal que superava a capacidade científica e institucional para minimizar ou inverter o sentido de suas causas e efeitos. Estes grandes problemas ambientais incluem: 1) o aquecimento global da atmosfera; 2) o esgotamento da camada de ozônio da estratosfera; 3) a crescente contaminação da água e dos solos pelos derramamentos e descargas de resíduos industriais e agrícolas; 4) a destruição da cobertura florestal; 5) a extinção de espécies; 6) a degradação do solo.

Ao final de 1983 criou-se, dentro da Organização das Nações Unidas, uma comissão independente para examinar estes problemas e sugerir mecanismos que permitam à crescente população do planeta satisfazer suas necessidades básicas sem pôr em risco o patrimônio natural das gerações futuras.

Mais tarde, em 1987, popularizou-se a definição da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), órgão criado pela Organização das Nações Unidas para realizar um estudo sobre a situação ambiental e as prioridades a serem estabelecidas na Conferência do Rio, em 1992. Segundo a CMMAD (1987), “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Após a comissão, o acontecimento internacional significativo seguinte foi a cúpula da Terra, ocorrido em junho de 1992, no Rio de Janeiro. Denominada oficialmente Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no qual estiveram representados 178 governos, incluindo 120 chefes de Estado, também ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Tratava-se de encontrar modos de traduzir as boas intenções em medidas concretas e de que os governos assinassem acordos específicos para enfrentar os grandes problemas ambientais e de desenvolvimento. Os resultados da cúpula incluem convenções globais sobre a biodiversidade e o clima, uma Constituição ou Carta da Terra, de princípios básicos, e um programa de ação chamado Agenda 21, para pôr em prática estes princípios CMMAD (1987).

A Agenda 21 foi discutida e aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD, Rio de Janeiro, junho de 1992), e constituiu um programa a ser implementadas ao longo do século XXI pelos governos, em todos os seus níveis, pelas ONGs e demais instituições da sociedade civil, com o apoio das Nações Unidas, e pelas demais instituições multilaterais e nacionais de fomento ao desenvolvimento socioeconômico. Os resultados foram relativizados pela negativa de alguns governos a aceitar os cronogramas e objetivos para a mudança ou concordarem com a adoção

de medidas vinculantes. O programa de ação contido na Agenda 21 aborda, em seus 41 capítulos, quase todos os temas relacionados com o desenvolvimento sustentável que possam ser imaginados; porém, não está suficientemente financiado. Entretanto, a conferência foi um exercício transcendental de conscientização ao mais alto nível político. A partir dela, nenhum político relevante poderá alegar ignorância dos vínculos existentes entre o desenvolvimento e o meio ambiente CMMAD (1987).

Desenvolvimento sustentável não é centrado somente na produção, é algo muito mais amplo e profundo, encontra-se nas pessoas e na educação. Elege como seu recurso básico a iniciativa criativa das pessoas e como objetivo fundamental o seu bem-estar material e espiritual. Em comunidades que funcionam bem, mesmo quando há pobreza, há também, estratégias engenhosas de sobrevivência.

A relação meio ambiente e desenvolvimento deve deixar de ser conflitante para tornar-se uma relação de parceria. "O ponto chave da questão passa a ser a necessidade de uma convivência pacífica entre a boa qualidade do meio ambiente e o desenvolvimento econômico" (LERÍPIO, 2001, p.2).

Para isso, continua-se precisando compreender as funções ambientais básicas, a fim de produzirmos alimentos, encontrarmos água e nos adaptarmos ao clima. Compreender a ciência e a tecnologia para modelar e perpetuar as positivas conquistas do mundo moderno e gerenciar a saúde do ambiente. A aprendizagem ambiental é necessária para o gerenciamento criterioso deste binômio totalmente interdependente: economia e ambiente. Sobreviverão com justiça todos os homens e povos, se souberem promover o seu desenvolvimento sócio-econômico equitativo e integrado à preservação do meio ambiente. Como afirma Capra (1996), uma nova visão da realidade, pensamentos, percepções e valores. "O desenvolvimento sustentável atende as necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atender as suas necessidades." (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

O desenvolvimento sustentável parte da noção de que a preservação em longo prazo dos recursos naturais e ambientais não pode ser feita sem que haja, simultaneamente, um desenvolvimento econômico, social e político que beneficie em particular os mais desfavorecidos. Ele se exprime pelo conceito integrado de meio ambiente e desenvolvimento.

Na oportunidade da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), denominada "Cúpula da Terra", realizada no Rio de Janeiro em 1992, as nações do mundo inteiro assumiram o compromisso, mediante tratados e outros documentos firmados durante a Conferência, de fazer com que o desenvolvimento econômico

se processe de maneira a proteger o meio ambiente e os recursos não renováveis do planeta. Assim, a Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento intitulada “Declaração do Rio” estabeleceu 27 princípios gerais a serem seguidos com vistas a um desenvolvimento que respeite o meio ambiente sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

A noção de desenvolvimento sustentável, conforme acima se definiu, foi acatada como o conceito central que deve ser respeitado na implementação dos planos de desenvolvimento para o século XXI.

De acordo com o SEMASA – SP Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infra-Estrutura de São Paulo (2009), o desenvolvimento local sustentável começa a ser considerado na perspectiva de um paradigma atual que o conceba como um processo contínuo de avaliação e ajustes, aplicado a uma determinada localidade geográfica, não se limitando apenas a sua geografia e sim, considerando-se primeiramente sua cultura histórica, e as mudanças dessas paulatinamente, suas potencialidades, como fator de desenvolvimento, seus cenários políticos, sociais e econômicos e a viabilidade ética de continuidade do processo.

Ainda segundo o SEMASA-SP (2009), o desenvolvimento sustentável preconiza que as sociedades atendam às necessidades humanas em dois sentidos: aumentando o potencial de produção e assegurando a todos as mesmas oportunidades (gerações presentes e vindouras). A questão não é simplesmente referente ao tamanho da população, mas sim a distribuição equânime dos recursos.

A Agenda 21 trata de temas como pobreza, crescimento econômico, industrialização e degradação ambiental, e propõe uma série de ações, objetivos, atividades e meios de implementação, na qual os mais diversos atores de uma sociedade, em nível mundial, são convocados a perseguirem o desenvolvimento sustentável. Desta forma, percebe-se que os ideais do desenvolvimento sustentável são bem maiores do que as preocupações específicas, como a racionalização do uso da energia, ou o desenvolvimento de técnicas substitutivas do uso de bens não renováveis ou, ainda, o adequado manejo de resíduos. Mas, principalmente, é o reconhecimento de que a pobreza, a deterioração do meio ambiente e o crescimento populacional estão indiscutivelmente interligados. Nenhum destes problemas fundamentais pode ser resolvido de forma isolada, na busca de parâmetros ditos como aceitáveis, visando a convivência do ser humano numa base mais justa e equilibrada (DIAS, 1998).

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e

futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

É importante lembrar que muitos obstáculos deverão ser vencidos para que se possa atingir, de forma satisfatória, o desenvolvimento sustentável de uma determinada região, ou melhor, ainda, do planeta como um todo. Brügger (1994, p.25) atenta para o seguinte:

"A economia não está isolada dos demais processos sociais e, assim, será preciso uma profunda revisão dos valores que compõem a nossa sociedade industrial. Do contrário, surgirão falsas alternativas como um Livre Comércio 'maquiado de verde' que continuará a reproduzir o sistema econômico que degradou a qualidade de vida no planeta."

Pode-se constatar que as decisões tomadas na Rio-92, que incluem as ações propostas na Agenda 21, não apresentaram resultados práticos significativos até o momento. Na literatura podem-se encontrar como principais explicações para este fato, a falta de visão de longo prazo e a mudança do individualismo para o coletivo.

Capra (1996) menciona que para que haja uma mudança de paradigmas é necessário uma expansão não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também de nossos valores, e que é preciso questionar os aspectos do velho paradigma, pois não precisaremos nos desfazer de tudo, mas antes de sabermos isso, devemos estar dispostos a questionar tudo, a respeito dos próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida modernos, científicos, industriais, orientados para o crescimento e materialistas.

O paradigma do crescimento responsável para Sachs (1993) está na harmonização dos aspectos econômicos, ambientais e sociais, com a criação de empregos no País, demanda grande atenção à produtividade dos recursos e não apenas à produtividade do trabalho. A economia brasileira caracteriza-se por elevado nível de desperdícios constitui verdadeira reserva de desenvolvimento para o Brasil e fonte de bons negócios para empresas decididas a enfrentar o problema.

Portanto o desenvolvimento sustentado não é centrado exclusivamente na produção, a chave está nas pessoas, na participação, na organização, na educação e no fortalecimento cultural e na distribuição equitativa de rendas. Idéias de sociedades sustentáveis baseiam-se na necessidade de se pensar em diversidade, com opções econômicas e tecnologias diferenciadas, voltadas principalmente para o desenvolvimento harmonioso das pessoas e de suas relações com o conjunto do mundo natural, um processo que permita buscar a sustentabilidade ambiental, social e política, princípio ético normativo que segundo Guevara (1998), está centrada em princípios ecológicos, que refere ao manejo cuidadoso dos recursos naturais e

conservação da biodiversidade e princípios político-sociais que diz respeito à liberdade democrática, satisfação às necessidades básicas e distribuição equitativa da riqueza gerada.

Para que uma sociedade possa se desenvolver, precisa ser capaz de controlar suas próprias atividades dentro de suas comunidades, participar não apenas do trabalho físico envolvido no desenvolvimento econômico, mas agir como pessoas que têm idéias próprias. Em comunidades que funcionam bem, mesmo quando há pobreza, há também engenhosas estratégias de sobrevivência para resolverem seus próprios problemas.

O Relatório Brundtland nos dias atuais é considerado um marco. O termo Desenvolvimento Sustentável foi introduzido por este relatório, o qual incitou as indústrias a desenvolverem sistemas de gestão ambiental eficientes. Outro aspecto relevante é que o relatório em questão teve visibilidade no cenário internacional, tendo sido assinado por mais de 50 líderes mundiais, que então agendaram uma conferência geral com a finalidade de discutir a necessidade do estabelecimento de ações a serem implementadas.

O Conceito de Desenvolvimento Sustentável “é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – ONU).

Um aspecto a ser considerado no âmbito conceito de desenvolvimento sustentável é a expressão desenvolvimento local sustentável, que, de acordo com Martinelli (2004), é frequentemente utilizada no meio político-acadêmico, e que se refere ao desenvolvimento como um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores ou uma atitude comparativa com respeito a esse conjunto, e esses valores com condições e/ou situações desejáveis para a sociedade.

Encontram-se outros significados sobre o “desenvolvimento local”, que se distanciam do conceito defendido pelo autor. Esta afirmação se encontra no significado de desenvolvimento local, visto por outros autores e estudiosos apenas como foco de reflexão ou como um campo efetivo de práticas transformadoras.

Há outras posições extremistas que afirmam que não existe um desenvolvimento local, não só porque o desenvolvimento é sempre articulado aos processos mais gerais, mas também porque a incorporação crescente de novos espaços subordinados à lógica do centro dominante é da natureza específica das sociedades capitalistas.

Ainda segundo Martinelli (2004), esta discussão se encerra na citação da conceituação apresentada de um desenvolvimento local como uma resposta em um contexto de

globalização e reestruturação produtiva, às alternativas de desenvolvimento, com, neste caso, um potencial transformador associado a ela.

Analisando-se a cadeia lógica, de acordo com Favreau (1994-1995), os movimentos sociais são redefinidos em estratégias de intervenção, antes limitadas apenas à esfera reivindicatória, para o domínio do econômico, estabelecendo parcerias com os setores públicos e privados. E, contida nestes movimentos sociais, está a importância que a educação tem sobre as pessoas, homens e mulheres, no objetivo comum de melhoria das condições de vida de toda uma população, em busca de um desenvolvimento sustentável. E, principalmente as mulheres que têm um papel preponderante para se atingir este objetivo, uma vez que são as protagonistas principais para a sustentabilidade, seja nos lares, no ambiente profissional ou até mesmo na esfera pública.

2.3.2. Relação entre educação e o papel da mulher no desenvolvimento sustentável

Durante anos a educação feminina quase inexistiu na sociedade brasileira, esse foi um fato ignorado que resultou na exclusão da mulher na educação. Essa realidade pode ser melhor compreendida quando se volta ao período imperial, onde a Constituição prescrevia o ensino primário gratuito para todo o cidadão, e determinava uma escolarização diferenciada para as mulheres (MANOEL,1996).

Nesse conjunto de conflitos, a formação feminina ficou prejudicada, pois, as meninas cresciam analfabetas, sem uma mínima instrução, vivendo em casa, sendo preparadas tão somente para o casamento. Desta forma, essa visão só contribuía para a desvalorização da instrução feminina. Ao mesmo tempo, em que a mulher era preparada para ser uma dona de casa, esposa e mãe, perpetuava a diferença econômica da mulher. As filhas das famílias nobres poderiam ter uma educação muito mais ampla, mesmo que voltada para o lar, considerando que já garantiam através da herança dos pais o meio de sobrevivência. Quanto às mulheres das camadas baixas, necessitavam de um casamento, como meio para garantir a sobrevivência. Caso não encontrasse um esposo, teriam que trabalhar para garantir o seu sustento (SAFFIOTI, 1976).

Segundo Manoel (1996), nas primeiras décadas do século XX, a educação feminina visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar. No entanto, as instituições de ensino existentes não fugiram do padrão já então colocado sobre a mulher, visto que a educação feminina era uma formação para o lar, estabelecendo uma relação mecânica entre diploma e casamento.

Ao se analisar todos estes fatos, pode-se entender melhor as origens da discriminação contra as mulheres até os dias atuais, tanto que é foco do *United Nations Children's Fund* (UNICEF) ou Fundo das Nações Unidas para a Infância), desde a adoção, em 1989, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, da convenção dos Direitos da Criança, quando o Conselho Executivo do UNICEF elegeu a "menina" (*girl child*) como foco de suas prioridades para a década de 90. O documento *The Girl Child: An Investment in the Future*, publicado pela primeira vez em 1990, parece constituir o ponto de partida (ROSEMBERG, 2001).

Ainda segundo o UNICEF (1991), a dominação de gênero no plano da política educacional tem significado, nos planos internacional e nacional, atentar para a discriminação contra as mulheres. Os argumentos para investir na educação de meninas e mulheres que "têm efeitos significativos na sobrevivência infantil (a partir de seus filhos), produtividade econômica, redução da fertilidade, e qualidade da vida"; as recomendações para políticas públicas; a melhoria dos indicadores estatísticos desagregados por sexo. É nesse contexto que se encontra o modelo essencialista e de "dupla desvantagem" ("ter nascido pobre e mulher"). É essa matriz que parece informar outras organizações multilaterais, técnicos(as) da administração pública e militantes de organizações feministas/de mulheres durante os anos 1990. De acordo com Rosenberg (2001), a bandeira da educação das mulheres é levantada por uma tríplice aliança para reduzir a pobreza e possibilitar o desenvolvimento sustentável: organizações multilaterais como o UNICEF, UNESCO, UNIFEM, Banco Mundial, OCDE; movimento de mulheres e governos nacionais.

No entanto o problema do analfabetismo não se restringe apenas às mulheres. Os índices nacionais, ainda bastante altos, são reflexo da época do Brasil Colônia, em que como até hoje se verificava que os baixos salários dos professores impediam a contratação de pessoal qualificado, o que resultava no afastamento natural das pessoas mais inteligentes de uma função que não era bem remunerada, não encontrando na opinião pública a consideração a que tem direito.

2.3.3 Relação entre analfabetismo e o papel da mulher no desenvolvimento sustentável

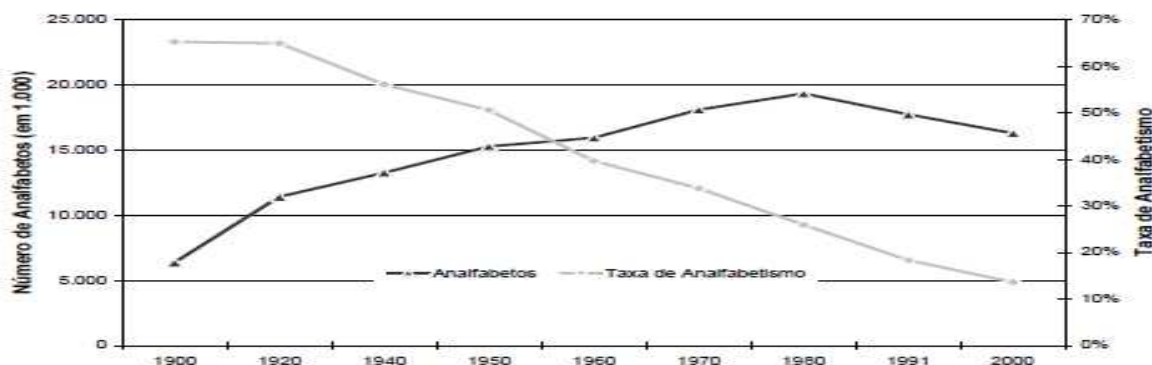
Segundo o MEC / INEP - Mapa do Analfabetismo no Brasil (2001), quando se fala sobre analfabetismo no Brasil, o primeiro ponto a se considerar é que se trata de um problema que possui uma longa história no País. Desde a época do Brasil Colônia que se bastava ter dinheiro e títulos que se podia até votar.

MEC / INEP-Mapa do Analfabetismo no Brasil (2001) apud Almeida (2000), mostram que, em 1886, enquanto o percentual da população escolarizada no Brasil era de apenas 1,8%, na Argentina este índice era de 6%. Fatos como esse ajudam talvez a entender por que, em 2000, enquanto a Argentina ocupava o 34º lugar no *ranking* de IDH, o Brasil ocupava a 73ª posição, em situação bem inferior à de outros países da América Latina.

Ainda segundo o Mapa do Analfabetismo no Brasil (2001), pode-se verificar como evoluiu, no último século, o número de analfabetos no País. Constatam-se dois fatos importantes. Em primeiro lugar observa-se que a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais caiu ininterruptamente ao longo do século passado, saindo de um patamar de 65,3% em 1900 para chegar a 13,6% em 2000. Contudo, não basta a queda da taxa de analfabetismo, é fundamental também a sua redução em números absolutos. Na década de 1980, conseguiu-se reverter o crescimento constante até então verificado no número de analfabetos.

Apesar de atualmente o Brasil ter plenas condições, do ponto de vista de seus recursos econômicos e da qualificação dos seus docentes, para enfrentar o desafio de alfabetizar seus mais de 16 milhões de analfabetos, o próprio conceito de analfabetismo sofreu alterações ao longo dos últimos anos. Assim, enquanto o conceito usado pelo IBGE (2000) nas suas estatísticas considera alfabetizada a “*pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece*”, cada vez mais, no mundo, adota-se o conceito de analfabeto funcional, que incluiria todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas. Usando este segundo critério, mais adequado à realidade econômica e tecnológica do mundo contemporâneo, o número de analfabetos no país salta para mais de 30 milhões de brasileiros, considerando a população de 15 anos ou mais, conforme Figura 06.

FIGURA 06 – Número de analfabetos e taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais – Brasil – 1900/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Este número deve ser analisado com bastante atenção para que se possam identificar os impactos decorrentes da expansão do sistema. A desaceleração do analfabetismo, principalmente nas faixas etárias mais jovens ocorreu pelo impacto que a ampliação do atendimento escolar teve no processo. Porém, observa-se que o ganho na escolaridade média dessa população, apesar de ser um número considerável, foi insuficiente para se garantir, pelo menos, o ensino fundamental completo. Observando a Tabela 01, na faixa etária de 15 a 19 anos, o analfabetismo era de 24% no início da década de 70 e passou para pouco mais de 3% em 2001. Nesta mesma faixa etária, a escolaridade média subiu de quatro para seis anos de estudo.

TABELA 01– Taxa de analfabetismo e escolaridade média por faixa etária – Brasil 1970/2001

Faixa Etária / Ano	Taxa de Analfabetismo (%)	Escolaridade Média (Séries Concluídas)
15-19 anos		
1970	24,0	4,0
2001	3,0	6,0
45-59 anos		
1970	43,2	...
2001	17,6	5,6

Fonte: IBGE, 2000.

Na faixa etária de 45 a 59 anos, o analfabetismo mostrou-se mais difícil de combater. Em 2001, 17,6% eram analfabetos e tinham, em média, 5,6 anos de estudo. Os dados do quadro 03 mostram que a melhor solução para combater o analfabetismo é assegurar escola para todos na idade correta. No entanto, se essa escola não for de qualidade, continuará a produção do analfabeto funcional, que apesar de ficar até oito anos na escola, não consegue ir além das séries iniciais.

As Desigualdades Regionais

O analfabetismo no Brasil faz parte do mesmo grupo das desigualdades sociais e regionais, sendo as regiões com menor desenvolvimento econômico e de economia pouco diversificada as que apresentam os piores indicadores. Assim, o Nordeste brasileiro tem a maior taxa de analfabetismo do País, com um contingente de quase oito milhões de analfabetos, o que corresponde a 50% do total de analfabetos do País, conforme apresenta a Tabela 02.

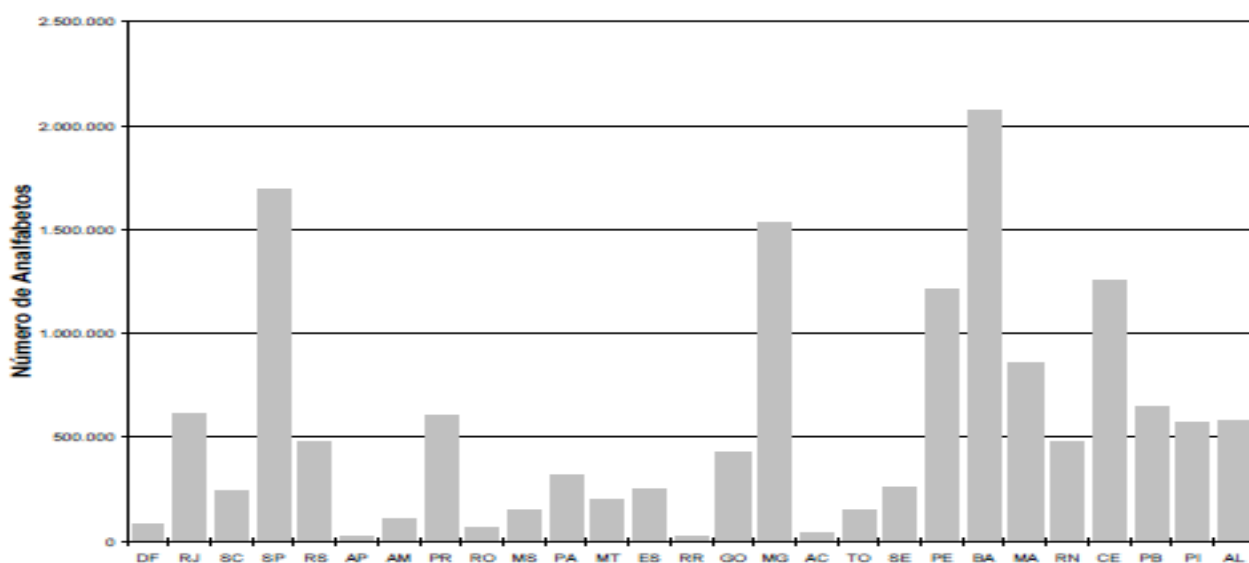
TABELA 02 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 1996/2001

Unidade Geográfica	Ano		
	1996	1998	2001
Brasil	14,7	13,8	12,4
Norte	12,4	12,6	11,2
Nordeste	28,7	27,5	24,3
Sudeste	8,7	8,1	7,5
Sul	8,9	8,1	7,1
Centro-Oeste	11,6	11,1	10,2

Fonte: IBGE, Pnads de 1996, 1998 e 2001.

Analisando ainda a Tabela 02, verifica-se que o percentual de analfabetos na região nordeste é mais do dobro da região norte e em relação ao Brasil, apesar de ter uma população maior do que a população do norte do País.

Contudo, a Figura 07 mostra que na distribuição do total de analfabetos absolutos entre os Estados, observa-se que cinco deles (Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará) respondem por cerca da metade dos analfabetos do País.

FIGURA 07 – Distribuição de analfabetos da população brasileira de 15 anos ou mais por unidade da Federação – 2001

Fonte: IBGE, Pnad de 2001.

Nota: Excluíve população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Ainda segundo o Mapa do Analfabetismo no Brasil, em termos relativos, as maiores taxas de analfabetismo estão em municípios localizados nas Regiões Norte e Nordeste. Essa situação é preocupante diante das baixas condições socioeconômicas dessas localidades que, em função de suas características, promovem a manutenção dessa situação de exclusão social. As análises estatísticas dos 5.507 municípios brasileiros recenseados em 2000 mostram que

existe forte correlação entre a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais e a taxa de frequência à escola.

Em 1.796 municípios, que representa 33% dos municípios brasileiros, a escolarização média da população de 15 anos ou mais é inferior a quatro séries concluídas, ou seja, estão na condição de analfabetos funcionais. Dos 5.507 municípios brasileiros apenas 19 municípios asseguram à sua população uma escolarização média que corresponda ao ensino fundamental completo (oito séries concluídas).

O analfabetismo atinge praticamente todas as faixas etárias, com percentuais diferentes como se apresenta no Quadro 04 a seguir. São populações com perfis e expectativas diferentes e, por isso mesmo, o analfabetismo deve ser combatido com diferentes estratégias. Na faixa etária de 10 a 19 anos, verifica-se o fracasso que o sistema educacional brasileiro mais recente apresenta 7,4% são analfabetos. Como provavelmente estes jovens ou ainda estão na escola, ou por ela já passaram, o novo sistema educacional brasileiro ainda continua a produzir analfabetos. Apesar dos avanços alcançados ainda não se conseguiu dar uma parada no analfabetismo (Mapa do Analfabetismo no Brasil, 2001).

QUADRO 04 – Taxa de analfabetismo por faixa etária – Brasil 1996/2001

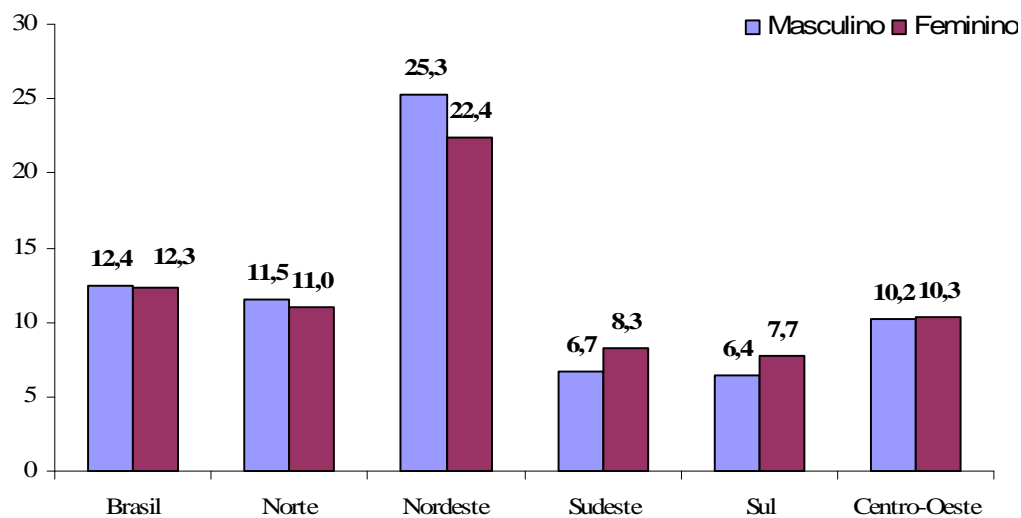
Faixa Etária	Ano		
	1996	1998	2001
10 a 14	8,3	6,9	4,2
15 a 19	6,0	4,8	3,2
20 a 29	7,6	6,9	6,0
30 a 44	11,1	10,8	9,5
45 a 59	21,9	20,1	17,6
60 e mais	37,4	35,9	34,0

Fonte: IBGE, Pnads 1995, 1998 e 2001.

Nota: Excluída população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Analfabetismo e Gênero

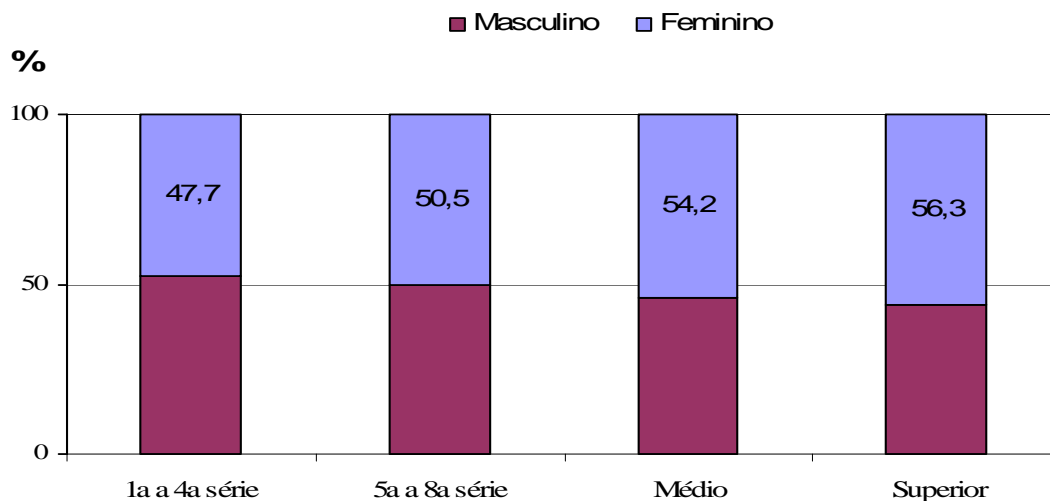
De acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil (2001), verifica-se que diferentemente de outros países, no Brasil o analfabetismo entre as mulheres é praticamente o mesmo que entre os homens. Como mostra o Gráfico 01, 12,4% dos homens de 15 anos ou mais são analfabetos e 12,3 entre as mulheres na mesma faixa etária. Quanto às diferenças regionais, constata-se que há mais analfabetos entre as mulheres nas Regiões Sul e Sudeste.

GRÁFICO 01 – Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos e mais por Gênero – 2001

Fonte: IBGE, Pnad de 2001.

Nota: Exclusiva população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que se refere à questão do gênero, as mulheres, no Brasil, já ocupam a maior parte das matrículas nos diferentes níveis de ensino, com especial destaque no ensino superior, conforme aponta o Gráfico 02.

Gráfico 02 - Distribuição percentual da matrícula por gênero, segundo o nível de ensino – Brasil – 2002

Fonte: MEC/Inep, 2002.

Analfabetismo e Renda

Em um país que apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, onde a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que aquela dos 20% mais pobres, a distribuição da educação e do analfabetismo não poderia ser diferente.

O Quadro 05 mostra literalmente como estão estas disparidades. No País como um todo, enquanto a taxa de analfabetismo nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos é de apenas 1,4%, naqueles cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de quase 29%. No Nordeste, essa situação é mais trágica: a taxa de analfabetismo das famílias mais pobres é vinte vezes maior que aquela das famílias mais ricas.

QUADRO 05 – Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais por rendimento domiciliar segundo a unidade da Federação – 2001(%)

Unidade Geográfica	Rendimento Domiciliar em Salário Mínimo Corrente ^{(1) (2)}					
	Total	Até 1	Mais de 1 até 3	Mais de 3 até 5	Mais de 5 até 10	Mais de 10
Brasil	12,4	28,8	19,7	9,7	4,7	1,4
Norte	11,2	22,6	15,5	9,9	5	2
Nordeste	24,3	36,8	29,3	17,2	8,4	1,8
Sudeste	7,5	20	13,5	7,5	4	1,5
Sul	7,1	19,5	12,4	5,9	3,6	0,8
Centro-Oeste	10,2	23,3	15,3	8,9	5	1,4

Fonte: IBGE, Pnad, 2001.

Nota: Exclui população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Salário mínimo em 2001 = R\$180,00.

(2) O cálculo destas taxas não levou em consideração as informações com renda não declarada.

O Analfabetismo em Pernambuco

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000), em 1991 o percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas no Brasil era de 25,07%, reduzindo para 12,36% em 2000. O município de melhor índice no estado de Pernambuco é o de Fernando de Noronha (Distrito Estadual), com um percentual de 3,29% em 1991, passando para 5,42% em 2000. Já o distrito de menor percentual é o de Manari que em 1991 tinha um percentual de 84,53% reduzindo para 53,78% em 2000. De acordo com o Quadro 06 a seguir, pode-se observar que os percentuais do nordeste e do Estado de Pernambuco estão abaixo do índice nacional.

QUADRO 06 - Taxa de Alfabetização, 1991-2000.

Unidade da Federação	Taxa de alfabetização, 1991	Taxa de alfabetização, 2000
Brasil	79,93	86,37
Nordeste	61,17	72,58
Pernambuco	65,656	75,49

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Analfabetismo por Faixa Etária e Localização

De acordo com a definição do IBGE (2000), o indicador Taxa de Analfabetismo mede a percentagem das pessoas analfabetas (aquelas que não sabem ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem) de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. As taxas de analfabetismo no Brasil apresentam-se maiores entre a população com faixa etária entre 45 e 60 anos, conforme Quadro 07.

QUADRO 07 - Taxa de Analfabetismo por faixa etária, 2000.

Unidade Geográfica	Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária					
	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos e mais
Brasil	7,3	5	7,3	10,9	19,7	35,2
Nordeste	15,2	10,7	16,4	24,2	38,8	56,1
Pernambuco	15,2	11	15,2	22,4	34,3	51,8

Fonte: MEC - Mapa do Analfabetismo no Brasil, 2000.

No Quadro 07 verifica-se que os índices de Pernambuco acompanham os do nordeste, que se encontram muito acima dos indicadores nacionais.

Nível de Educação na população infantil - até 14 anos

Entre os anos 1991-2000, houve no Estado uma significativa melhora na escolaridade das crianças de 10 a 14 anos, onde de um modo geral todos os municípios tiveram uma redução nesta taxa. Apesar de esse percentual ter melhorado, ainda há muito a ser realizado, pois o território apresenta taxa de analfabetismo bastante elevada, equiparando-se a de países Africanos. Entretanto segundo o MEC – Mapa do Analfabetismo no Brasil (2001), sem que seja necessário ir tão longe, basta comparar a média do território com a do Estado de Pernambuco e com a do Brasil, que apresentam médias de 22, 06% e 14, 73%, respectivamente. O Quadro 08 a seguir apresenta mais claramente estes dados.

QUADRO 08 - Analfabetismo da população de 10 a 14 anos, 2000.

Unidade Geográfica	Taxa de Analfabetismo População de 10 a 14 anos
Brasil	7,3
Nordeste	15,2
Pernambuco	15,2

Fonte: MEC - Mapa do Analfabetismo no Brasil, 2001.

Considerando a faixa etária de 10 a 14 anos, em 2000, observa-se que taxa de analfabetismo dos dois municípios Ipojuca e Pesqueira está acima da média da Região Nordeste e de Pernambuco com 17,55% e 18,57% respectivamente. Fazendo uma comparação dos dois municípios com a Região Nordeste do Brasil, com média de 13,30%, observa-se que a taxa de analfabetismo destes municípios só perde para o Estado de Alagoas, que detém nesta faixa etária a maior média em analfabetismo da Região NE, conforme apresentado no Quadro 09.

Quadro 09 - Taxa de Analfabetismo Brasil-Percentual de Crianças de 10 a 14 anos com menos de 04 anos de Estudos, 2000 (%).

Estado	Percentual de crianças de 10 a 14 anos analfabetas, 2000.	Percentual de crianças de 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000.
Alagoas	19,846	70,018
Bahia	16,052	69,288
Ceará	14,524	66,071
Maranhão	12,881	57,477
Paraíba	12,214	63,065
Pernambuco	12,186	64,653
Piauí	11,056	53,865
Rio Grande do Norte	10,95	52,377
Sergipe	10,001	62,046
Média da Região NE	13,30	62,09
Ipojuca	17,55	64,47
Pesqueira	18,17	63,23

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003 – Adaptado pela Autora.

A precariedade do nível de escolaridade – menos de 04 anos de estudo – também é bastante relevante nessa faixa etária, com 64,47% e 63,23% respectivamente para os municípios de Ipojuca e Pesqueira. Apesar disso, é importante ressaltar que houve um avanço com a implementação de programas sociais, com vista a introdução do aluno a sala de aula, dentre eles o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI).

Um fator bastante relevante é que em grande parte das escolas de ensino fundamental, sobretudo nas rurais, ainda perduram o ensino multisseriado, o que dificulta uma maior atenção dos professores para as crianças que estão se inserindo na escola.

A RD do Agreste Central é constituída por 26 municípios, cujas escolas estão distribuídas em cinco Gerências Regionais de Educação (GRES). Observa-se que o município de Pesqueira, objeto deste estudo, encontra-se localizado na GRE Sertão do Moxotó Ipanema, com sede em Arcoverde. Dos 16 municípios que compõem esta GRE, apenas 4 fazem parte da RD do Agreste Central (Alagoinha, Pesqueira, Poção e Sanharó), conforme quadro 10.

A GRE Sertão do Moxotó Ipanema possui 1591 escolas, sendo 1136 do Ensino Fundamental, fazendo parte das redes Particular, Municipal e Estadual.

Quadro 10 – Distribuição de Municípios da RD Agreste Central por GRE (Gerência Regional de Educação)

GRE Agreste Centro Norte (CARUARU)	GRE Sertão do Moxotó Ipanema (ARCOVERDE)	GRE Mata Centro (VITÓRIA DE SANTO ANTÃO)	GRE Agreste Meridional (GARANHUNS)	GRE Mata Sul (PALMARES)
Agrestina	Alagoinha	Barra de Guabiraba	São Bento do Una	Lagoa do Gatos
Altinho	Pesqueira	Bezerros		
Belo Jardim	Poção	Bonito		
Brejo da Madre de Deus	Sanharó	Camocim de São Félix		
Cachoeirinha		Gravatá		
Caruaru		Sairé		
Cupira		São Joaquim do Monte		
Ibirajuba				
Jataúba				
Panelas				
Riacho das Almas				
São Caetano				
Tacaimbó				

Fonte: SEDUC-PE (Censo, 2006) – Adaptado pela Autora.

A RD Metropolitana do Recife é constituída por 14 municípios, cujas escolas estão distribuídas em quatro GRES. Observa-se que o município de Ipojuca, objeto deste estudo, encontra-se localizado na GRE Metropolitano Sul, com sede em Recife. Todos os 14 municípios que compõem esta GRE fazem parte da RD Metropolitana do Recife, conforme Quadro 11 a seguir.

QUADRO 11 – Distribuição de Municípios da RD Metropolitana por GRE (Gerência Regional de Educação)

GRE Recife Norte (RECIFE)	GRE Recife Sul (RECIFE)	GRE Metropolitano Norte (RECIFE)	GRE Metropolitano Sul (RECIFE)
Recife	Recife	Abreu e Lima	Cabo de Santo Agostinho
		Araçoiaba	Camaragibe
		Igarassu	Ipojuca
		Itamaracá	Jaboatão dos Guararapes
		Itapissuma	Moreno
		Olinda	São Lourenço da Mata
		Paulista	

Fonte: SEDUC-PE (Censo, 2006) Adaptado pela Autora.

A GRE Metropolitana do Recife possui 2619 escolas, sendo 1119 do Ensino Fundamental, fazendo parte das redes Particular, Municipal e Estadual. O município de Ipojuca que faz parte desta GRE representa 2,9% do total destas escolas.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

O tipo de pesquisa desenvolvida, do ponto de vista da abordagem, pode ser considerada como Pesquisa Qualitativa, através de questionários e entrevistas, pois a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa e os objetivos propostos visam a identificar a aderência das iniciativas com as propostas na Agenda 21.

Também foi um levantamento de dados através de pesquisa documental, bibliográfica.

Levando-se em conta o método de classificação de pesquisa proposto por Vergara (2006), a metodologia se constituiu em dois aspectos, quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins: a pesquisa é descritiva, porque expõe as características de uma determinada população, o propósito do trabalho foi identificar a importância do papel da mulher no desenvolvimento sustentável, através do conhecimento do que foi proposto no capítulo 24 da Agenda 21.

“Na pesquisa descritiva, os problemas a serem resolvidos estão bem definidos e, em geral, procura-se obter resultados quantitativos sobre aspectos do comportamento humano ou sobre o perfil dos consumidores”. (PARENTE, 2000, p.142).

Este tipo de pesquisa auxiliou os estudos sobre o tema abordado a partir da análise da população estudada, onde se puderam verificar fatores que são relevantes para finalização do problema a ser resolvido.

Quanto aos meios: a pesquisa foi de campo e bibliográfica. De campo porque se aplicou questionários nas comunidades rurais. Além de informações que foram obtidas através da aplicação dos questionários este tipo de pesquisa possibilitou uma análise do ambiente e do comportamento das famílias em estudo.

“Pesquisa de campo é aquela utilizada como objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. (MARCONI E LAKATOS, 2003, p.186).

A pesquisa de campo é caracterizada pela utilização de coleta de dados “que são instrumentos usados nas áreas de ciências sociais, principalmente, com finalidade de levantar dados e informações para análise e a explicação de aspectos teóricos estudados” (MICHEL, 2005, p.37).

Dentro do método coleta de dados foi utilizada aplicação de questionários que “é um instrumento de coleta de dados, constituído por umas séries ordenadas de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (MARCONI e LAKATOS, 2003 p.201).

Este conjunto de ações foi pensado de forma a se chegar a uma análise satisfatória no que tange o objetivo de se identificar qual a importância do papel da mulher nestas comunidades.

A pesquisa de campo permitiu pela proximidade com o local de estudo uma melhor compreensão do ambiente no qual ocorre o problema. Além de coletar informações do público em estudo.

Esta pesquisa também foi bibliográfica porque é necessária uma justificação teórica das variáveis que influenciam o comportamento das famílias, das comunidades em relação à mulher, de acordo com o proposto na Agenda 21. Foram utilizados livros, revistas e sites.

Para Manzo (1971:32) apud Marconi e Lakatos (2003) a bibliografia pertinente “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

Michel (2005) define pesquisa bibliográfica como método de pesquisa que visa auxiliar na definição de objetivos e no levantamento de informações, caracterizada pela busca paralela a um reforço teórico recorrendo a documentos escritos, nos quais possam colher informações para ajudar a entender melhor o problema do estudo para o qual se procura resposta.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica ajudou na pesquisa, por abranger os estudos já realizados sobre o tema e colocar em contato direto com as principais publicações sobre o assunto a ser estudado.

Os sujeitos da pesquisa são diretores e/ou coordenadores e corpo docente das instituições educacionais públicas de dois municípios do Estado de Pernambuco, Ipojuca e Pesqueira, devido a importância das mesmas no foco central desta pesquisa com base no objetivo 3 da Agenda 21 Local em Pernambuco, conforme foi explicitado no item 2.3. O primeiro por possuir Agenda 21 e o segundo ainda sem iniciá-la. As entidades pesquisadas foram: Órgãos governamentais, através das prefeituras locais e suas instituições educacionais.

Os municípios de Ipojuca e Pesqueira foram escolhidos pela sua representatividade como pólos importantes dentro do Estado. O primeiro está em pleno desenvolvimento, estando inserido no pólo industrial, porém ainda com uma cultura muito forte no cultivo da cana-de-açúcar, com uma participação grande das mulheres, e que apesar de já estar com a

Agenda 21 implantada, ainda com muito trabalho para desempenhar, pois com citados, a população oriunda de uma cultura de subexistência, não consegue acompanhar tão de perto o progresso que o município está passando e o de Pesqueira pela sua representatividade como pólo de doces e rendas, tendo o trabalho da mulher como a principal fonte de renda das famílias, ainda sem Agenda 21 iniciada, para se ter um melhor comparativo das modificações e melhorias que se pode obter ou não através das aplicações e acompanhamentos das metas estabelecidas na Agenda 21 Local.

As informações foram coletadas em janeiro de 2010 nas Secretarias de Educação dos dois municípios pesquisados, através de dados secundários, indicadores sobre número de escolas, alunos, professores, por sexo e nível por função, como também através da aplicação de questionários nas escolas com maior representatividade, por quantitativo de alunos. Para o município de Ipojuca foram escolhidas: uma escola de grande porte de cada um dos 3 distritos (Ipojuca, Camela e Nossa Senhora do Ó) e uma de grande porte da zona rural. Para o município de Pesqueira foram escolhidas: uma escola de grande porte de cada um dos 5 distritos e/ou Povoados (Mutuca, Mimoso, Papagaio, Salobro e Ipanema) e uma de grande porte da área urbana, pois neste caso todos os distritos ficam na zona rural.

Os questionários foram aplicados com a diretoria de ensino de cada município, diretores e/ou coordenadores das escolas e 2 professores (nível 1 e 2) das disciplinas de matemática, português e ciências. As duas primeiras por serem as disciplinas básicas da educação primária e a de ciências pelos aspectos de saúde, os quais são bastante relevantes para este estudo.

CAPÍTULO 4 - O MUNICÍPIO DE IPOJUCA

Localizado na Mesorregião Metropolitana do Recife, Microrregião Suape e caracterizada como Metropolitana na Região de Desenvolvimento. Possui uma área de 527,317 km² e fica distante da capital – Recife 50,2 km. Tem como Limites Municipais: Ao Norte o município do Cabo de Santo Agostinho, ao Sul o município de Sirinhaém, a Leste o Oceano Atlântico e a Oeste o município de Escada.

Possui 3 Distritos: Ipojuca, Camela e Nossa Senhora do Ó e 3 Povoados: Rurópolis, Núcleo Maranhão e Caetés.

4.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Segundo o Condepe/Fidem (2009), a criação da vila de Ipojuca se deu em 09/05/1864, através da Lei Provincial nº 587. A povoação da área do município de Ipojuca é bastante remota; embora não se possuam dados exatos acerca da fundação da localidade, supõe-se que tenha surgido ainda no primeiro século da colonização, através da doação de sesmarias.

O distrito foi criado anteriormente a 1608, com a denominação de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. Por ocasião da invasão holandesa, toda a região do atual município de Ipojuca já contava com muitos engenhos de açúcar, graças à fertilidade de suas terras, ricas em massapê. Após várias lutas em 18 de fevereiro de 1879 a povoação de São Miguel de Ipojuca se elevou à categoria de vila e para ela transferiu a sede do termo do mesmo nome. Em 04 de agosto de 1880, a sede retornou para a vila de Nossa Senhora do Ó. Em 10 de junho de 1890 um decreto estadual criou a comarca de Ipojuca, que foi instalada em 09 de agosto do mesmo ano, desmembrada da comarca do Cabo. De acordo com a Lei Estadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios), tornou-se município autônomo em 28 de março de 1893. A vila de Ipojuca foi elevada à categoria de cidade, sede do município do mesmo nome, através da Lei Estadual nº 173, de 06 de junho de 1896 (CONDEPE/FIDEM, 2009).

4.2 – POPULAÇÃO

Comparando os dados dos censos demográficos de 2000 com o último de 2007, pode-se observar que a população de Ipojuca, incluindo os três distritos de Camela, Ipojuca e Nossa Senhora do Ó teve um aumento de 10.789 pessoas, o que significa um percentual de 15%, encontrando-se a grande maioria 69,06% na zona urbana. Em relação ao percentual de

mulheres e homens, encontra-se bastante equilibrado com 50,33% de mulheres e 49,09% de homens, conforme se verifica na Tabela 03 a seguir.

TABELA 03 - Distribuição da população por situação de domicílio e sexo – 2000 – 07

Município e distritos	Total	Urbana	(%)	Rural	(%)	Homens	(%)	Mulheres	(%)
2000									
Ipojuca	59.281	40.310	68,0	18.971	32,0	29.362	49,5	29.919	50,5
Camela	15.690	11.055	70,5	4.635	29,5	7.799	49,7	7.891	50,3
Ipojuca	22.200	10.113	45,6	12.087	54,4	11.031	49,7	11.169	50,3
Nossa Senhora do Ó	21.391	19.142	89,5	2.249	10,5	10.532	49,2	10.859	50,8
2007									
Ipojuca	⁽¹⁾ 70.070	48.392	69,06	21.678	30,94	34.399	49,09	35.269	50,33

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados do Universo. Contagem da população 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Na Tabela 04 observa-se que em menos de 40 anos a população do município de Ipojuca duplicou, estando concentrada na faixa etária de 20 a 39 anos (Tabela 06).

TABELA 04. Evolução da população no município de Ipojuca – 1970-2008

Ano	População
1970	35.851
1980	39.456
1991	45.424
1996 (Contagem)	48.479
2000	59.281
2007 (Contagem)	70.070
2008 (Estimativa)	74.059

Fonte: IBGE, 2000.

Em relação aos números de domicílios permanentes, estes estão mais concentrados na zona urbana do que na zona rural acompanhando os mesmos percentuais em relação a distribuição da população, conforme Tabela 05.

TABELA 05. Número e percentual de domicílios particulares permanentes no município de Ipojuca – 2007

Especificação	Total	Urbana	(%)	Rural	(%)
Domicílios	17.642	12.946	73,38	4.696	26,62

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados do Universo.

TABELA 06. Distribuição da população residente por grupos de idade – 2007

Total ⁽¹⁾	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 3 +
70.070	6.416	7.238	7.501	7.484	14.348	10.551	7.247	4.325	2.732	1.309	504

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados e idade ignorada.

Quando se observa a ocupação das pessoas por atividade econômica, ainda se verifica que a atividade da agropecuária, fonte de renda desde a colonização, através das lavouras de cana-de-açúcar. Também se pode observar que a educação ainda não aparece discriminada como atividade, estando incluída em outras atividades (Tabela 07).

TABELA 07. Pessoas ocupadas, segundo as principais atividades econômicas – 2000

Atividades econômicas	Total	(%)
Agropecuárias	2.866	18,6
Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos	1.962	12,7
Alojamento e alimentação	1.721	11,2
Indústria e transformação	1.712	11,1
Construção	1.274	8,2
Outras atividades	5.891	38,2
Total	15.426	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados da Amostra.

Em relação aos indicadores do IDH-M, ao comparar os dados do município de Ipojuca com o estado de Pernambuco e a nível Brasil, pode-se observar, conforme Quadro 12 que apesar dos indicadores do município terem melhorado ainda estão bem abaixo dos índices nacionais e estaduais.

QUADRO 12. Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Ipojuca– 1991-2000

	IDH-M		IDH-M Renda		IDH-M Longevidade		IDH-M Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Pernambuco	0,620	0,705	0,599	0,643	0,617	0,705	0,644	0,768
Ipojuca	0,530	0,658	0,466	0,545	0,597	0,728	0,527	0,700

Fonte: PNUD/IPEA/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2006 – Adaptado pela autora.

De acordo com os dados do censo demográfico do IBGE de 2000, a maior parte da população do município de Ipojuca está entre os sem rendimento e até 2 salários mínimos, com um número de 10.675 domicílios nesta situação, representando um percentual de 79,59%, conforme apresentado na Tabela 08.

TABELA 08. Classes de rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio, em salários mínimos – 2000.

Classes de rendimento	Domicílios	(%)
Até 1/2	217	1,62
1/2 a 1	5.035	37,54
1 a 2	3.447	25,70
2 a 5	1.919	14,30
5 a 10	423	3,15
10 a 20	131	0,98
Mais de 20	49	0,36
Sem rendimento ⁽¹⁾	2.193	16,35
Total	13.414	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados do Universo.

(1) Inclusive os domicílios cuja pessoa responsável recebia somente em benefícios.

Os dados do PNUD/IPEA/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2006 mostram que em relação ao percentual de mulheres de 10 a 14 anos com filhos que inexistia em 1991 passou para 1,07 em 2000, o mesmo aumento aconteceu na faixa de 15 a 17 anos, passando de 7,56 para 8,79. Já o percentual de crianças em famílias com renda inferior a ½ salário mínimo reduziu de 84,75 para 71,47, acontecendo uma queda semelhante no que diz respeito ao percentual de mães chefes de família, sem conjuge, com filhos menores de 15 anos, passando de 10,31 para 7,17.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2006), comparando-se os dados de 1991 e 2000, conforme Tabela 09, a taxa de analfabetismo no município de Ipojuca reduziu em todas as faixas etárias, da mesma maneira que o percentual de pessoas com menos de 4 anos de estudo houve uma redução em média de 50%. Já em relação ao percentual de pessoas com menos de 8 anos de estudo só verifica-se uma redução considerável na faixa de 18 a 24 anos, nas demais faixas os números percentuais permaneceram praticamente os mesmos.

TABELA 09. Instrução da população por faixas etárias – 1991-2000

Discriminação	7 a 14		10 a 14		15 a 17		18 a 24		25 ou mais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Taxa de analfabetismo	57,40	32,26	43,20	17,55	26,30	11,29	39,48	17,04	54,04	37,03
% com menos de 4 anos de estudo	–	–	82,15	64,47	43,75	29,97	52,06	30,66	71,34	56,86
% com menos de 8 anos de estudo	–	–	–	–	96,36	85,61	85,58	66,64	89,68	81,83
Média de anos de estudo	–	–	–	–	–	–	–	–	2,35	3,66

Fonte: Pnud/Ipea/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Ao se analisar na Tabela 10 seguinte o quantitativo de matrículas por tipo de ensino e dependência administrativa, ou seja, nas redes municipal, estadual e privada, observa-se que o maior número encontra-se no ensino fundamental (1º a 9º anos), com 15.726, correspondendo a 71% em relação ao total em todos os níveis de ensino, e com alunos matriculados em todas as três redes, sendo 80% na rede municipal. Em seguida vem o ensino pré-escolar com 3.471, correspondendo a 16%, porém só é disponibilizado nas redes municipais e privadas, pois conforme a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu artigo 10^o, inciso VI, diz que é papel do estado “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio” e que através do artigo 11^o inciso V diz que o município deve:

“Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino”.

E no Parágrafo único que “Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica”.

TABELA 10. Matrícula inicial por tipo de ensino, segundo a dependência administrativa – 2007.

Dependência administrativa	Creche	Pré-escolar	Ensino fundamental	Ensino médio	Educação profissional nível técnico	Total
Total	380	3.471	15.726	2.693	–	22.270
Estadual	–	–	1.946	2.657	–	4.603
Municipal	123	2.943	12.499	–	–	15.565
Privada	257	528	1.281	36	–	2.102

Fonte: SEDUC, 2009.

Em relação a saúde da população do município de Ipojuca, verifica-se através dos dados Datasus que em 2007, o município conta com 2 hospitais, 28 leitos, 400 leitos por habitante e uma taxa de mortalidade infantil de 14,9 %.

O município também possui o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) em um total de 10 e 104, respectivamente, de acordo com dados da Secretaria de Saúde do estado de Pernambuco (SES).

No que diz respeito a quantidade de domicílios com abastecimento de água, banheiro ou sanitário e destino de lixo, observa-se na Tabela 11 abaixo, conforme os dados do IBGE

(2000), que do total de 13.414 domicílios todos possuem abastecimento d'água, sendo 7.035 (52,4%) com Rede geral.

TABELA 11. Domicílios por forma de abastecimento d'água, com banheiro ou sanitário, e destino do lixo – 2000

Total de domicílios	Abastecimento d'água			Banheiro ou sanitário			Destino do lixo	
	Rede geral	Poço ou nascente	Outra	Total	Tinham Rede geral	Não tinham	Coletado	Outro destino
13.414	7.035	4.209	2.170	10.892	3.030	2.522	9.602	3.812

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Através da Tabela 12, pode-se verificar a distribuição dos gastos do município.

TABELA 12. Gastos sociais – 2007

Discriminação	Valor (R\$ 1,00)
Educação per capita	915,71
Saúde per capita	633,39
Assistência social per capita	145,47
Urbanismo per capita	510,29
Saneamento per capita	25,31
Total	2230,78

Fonte: CONDEPE / FIDEM , 2009.

Observa-se que o maior gasto do município é com o item educação, em seguida do item saúde e em terceiro lugar o item urbanismo. Os dois primeiros representam 70% do total de gastos sociais que o município possui.

CAPÍTULO 5 - O MUNICÍPIO DE PESQUEIRA

Localizado na Mesorregião Agreste Pernambucano, Microrregião do Vale do Ipojuca e caracterizada como Agreste Central na Região de Desenvolvimento. Possui uma área de 1.000,225 km² e fica distante da capital – Recife 213,7 km. Tem como Limites Municipais: Ao Norte com o estado da Paraíba e o município de Poção, ao Sul os municípios de Venturosa e Alagoinha, a Leste com os municípios de Sanharó, Capoeiras, São Bento do Una e Belo Jardim e a Oeste com os municípios de Arcoverde e Pedra.

Possui 5 Distritos: Pesqueira, Cimbres, Mimoso, Mutuca, Papagaio e Salobro.
E 3 Povoados: Ipanema, Cacimbão e Freixeira Velha.

5.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

O município foi constituído em 04 de março de 1893, com base na Lei Estadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios), de 03 de agosto de 1892. A sua instalação ocorreu em 03 de agosto de 1893, ainda com o nome de Cimbres, mas com sede em Pesqueira. Desmembrado da comarca de Cimbres, em 20/04/1880, Pesqueira tem seus antecedentes na vila de mesmo nome da comarca. O município de Cimbres, que permaneceu com essa denominação até 1913, quando o Conselho Municipal decidiu mudá-lo para o nome da sede, ou seja, município de Pesqueira.

Em 13 de maio de 1836 a Lei Provincial nº 20 transferiu definitivamente a sede da vila de Cimbres para Pesqueira e somente em 20 de abril de 1880 a Lei Provincial nº 1.484 elevou a vila à categoria de cidade, com o nome de Santa Águeda de Pesqueira, designação que não se popularizou, ficando conhecida e tratada simplesmente por Pesqueira. Agência CONDEPE/FIDEM, 2006.

5.2. POPULAÇÃO

Comparando os dados dos censos demográficos de 2000 com o último de 2007, pode-se observar que, a população de Pesqueira, incluindo os seus distritos e bairros, teve um aumento de 3.616 pessoas, o que significa um percentual de 6%, encontrando-se a grande maioria 73,27% na zona urbana. Em relação ao percentual de mulheres e homens, o percentual de mulheres é maior do que o de homens de 50,37% para 46,36% respectivamente conforme a Tabela 13 a seguir.

TABELA 13. Distribuição da população por situação de domicílio e sexo – 2000-07

Município, distritos e bairros	Total	Urbana	(%)	Rural	(%)	Homens	(%)	Mulheres	(%)
2000									
Pesqueira	57.721	40.991	71,0	16.730	29,0	27.846	48,2	29.875	51,8
Cimbres	5.155	1.112	21,6	4.043	78,4	2.563	49,7	2.592	50,3
Mimoso	2.664	777	29,2	1.887	70,8	1.334	50,1	1.330	49,9
Mutuca	2.722	1.942	71,3	780	28,7	1.329	48,8	1.393	51,2
Papagaio	2.871	628	21,9	2.243	78,1	1.468	51,1	1.403	48,9
Pesqueira	42.295	35.958	85,0	6.337	15,0	20.128	47,6	22.167	52,4
Salobro	2.014	574	28,5	1.440	71,5	1.024	50,8	990	49,2
Bairros									
Baixa Grande	982	982	100,0	-	-	475	48,4	507	51,6
Caixa d'Água	2.430	2.430	100,0	-	-	1.154	47,5	1.276	52,5
Centenário	1.450	1.450	100,0	-	-	713	49,2	737	50,8
Central	3.897	3.897	100,0	-	-	1.868	47,9	2.029	52,1
Centro	4.071	4.071	100,0	-	-	1.805	44,3	2.266	55,7
Pedra Redonda	1.628	1.628	100,0	-	-	825	50,7	803	49,3
Pitanga	964	964	100,0	-	-	419	43,5	545	56,5
Prado	13.070	13.070	100,0	-	-	6.101	46,7	6.969	53,3
Salgado	337	337	100,0	-	-	150	44,5	187	55,5
Santo Antônio	1.436	1.436	100,0	-	-	723	50,3	713	49,7
São Sebastião	1.687	1.687	100,0	-	-	742	44,0	945	56,0
Serrinha	709	709	100,0	-	-	323	45,6	386	54,4
Vila Anápolis	1.676	1.676	100,0	-	-	803	47,9	873	52,1
Xucurus	1.621	1.621	100,0	-	-	779	48,1	842	51,9
Sem especificação	21.763	5.033	23,1	16.730	76,9	10.966	50,4	10.797	49,6
2007									
Pesqueira	⁽¹⁾ 61.337	43.848	71,49	17.489	28,51	29.050	47,36	30.893	50,37

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados do Universo.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Na Tabela 14 observa-se que em menos de 40 anos a população do município de Pesqueira aumentou em 22,22%, estando concentrada na faixa etária de 20 a 49 anos (Tabela 16).

TABELA 14. Evolução da população no município de Pesqueira– 1970-2008

Ano	População
1970	49.687
1980	52.281
1991	57.622
1996 (Contagem)	55.954
2000	57.721
2007 (Contagem)	61.337
2008 (Estimativa)	63.878

Fonte: IBGE, 2000.

Em relação aos números de domicílios permanentes, estes estão mais concentrados na zona urbana do que na zona rural acompanhando os mesmos percentuais em relação a distribuição da população, conforme Tabela 15.

TABELA 15. Número e percentual de domicílios particulares permanentes no município de Pesqueira – 2007

Especificação	Total	Urbana	(%)	Rural	(%)
Domicílios	17.464	12.870	73,69	4.594	26,31

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

TABELA 16. Distribuição da população residente por grupos de idade – 2007

Total ⁽¹⁾	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e +
61.337	5.141	5.876	5.993	5.912	9.898	8.088	6.927	4.827	3.699	2.320	1.244

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados e idade ignorada.

Quando se observa a ocupação das pessoas por atividade econômica, ainda se verifica que está mais concentrado na atividade da agropecuária. Também se pode observar que a educação ainda não aparece discriminada como atividade, estando incluída em outras atividades (Tabela 17).

TABELA 17. Pessoas ocupadas, segundo as principais atividades econômicas – 2000.

Atividades econômicas	Total	(%)
Agropecuária	8.142	37,4
Indústria e transformação	3.258	15,0
Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos	3.160	14,5
Outras atividades	7.189	33,1
Total	21.749	100,0

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 – Resultados da Amostra.

Em relação aos indicadores do IDH-M, ao comparar os dados do município de Pesqueira com o estado de Pernambuco e a nível Brasil, pode-se observar, conforme Tabela 18 que apesar dos indicadores do município terem melhorado ainda estão bem abaixo dos índices nacionais e estaduais.

TABELA 18. Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Pesqueira - 1991-2000

	IDH-M		IDH-M Renda		IDH-M Longevidade		IDH-M Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Pernambuco	0,62	0,705	0,599	0,643	0,617	0,705	0,644	0,768
Pesqueira	0,542	0,636	0,531	0,562	0,52	0,628	0,574	0,717

Fonte: PNUD/IPEA/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2006 – Adaptada pela Autora.

De acordo com os dados do censo demográfico do IBGE de 2000, a maior parte da população do município de Pesqueira está entre os sem rendimento e até 2 salários mínimos, com um número de 12.549 domicílios nesta situação, representando um percentual de 83,57%, conforme apresentado na Tabela 19.

TABELA 19. Classes de rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio, em salários mínimos – 2000.

Classes de rendimento	Domicílios	(%)
Até 1/2	1.106	7,36
1/2 a 1	6.599	43,95
1 a 2	2.488	16,57
2 a 5	1.503	10,01
5 a 10	632	4,21
10 a 20	252	1,68
Mais de 20	79	0,53
Sem rendimento ⁽¹⁾	2.356	15,69
Total	15.015	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados do Universo. (1) Inclusive os domicílios cuja pessoa responsável recebia somente em benefícios.

Os dados do PNUD/IPEA/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2006 mostram que em relação ao percentual de mulheres de 10 a 14 anos com filhos que inexistia em 1991 passando para 0,46% em 2000, aumentando também faixa de 15 a 17 anos, que passou de 4,74% para 6,53%. Já o percentual de crianças em famílias com renda inferior a ½ salário mínimo reduziu de 76,74% para 72,93%, acontecendo uma queda um pouco maior no que diz respeito ao percentual de mães chefes de família, sem conjuge, com filhos menores de 15 anos, passando de 10,02% para 6,03%.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2006), comparando-se os dados de 1991 e 2000, conforme Tabela 20, a taxa de analfabetismo no município de Pesqueira reduziu em todas as faixas etárias, da mesma maneira que o percentual de pessoas com menos de 4 anos de estudo, onde houve uma redução em média de 16%. Em relação ao percentual de pessoas com menos de 8 anos de estudo a redução foi menor ainda em todas as faixas, diminuindo apenas 10% em relação a 1991.

TABELA 20. Instrução da população por faixas etárias – 1991-2000

Discriminação	7 a 14		10 a 14		15 a 17		18 a 24		25 ou mais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Taxa de analfabetismo	41,71	28,43	31,54	18,17	27,81	10,57	31,41	14,87	49,24	35,59
% com menos de 4 anos de estudo	–	–	72,76	63,23	48,02	27,65	44,47	29,65	66,6	54,91
% com menos de 8 anos de estudo	–	–	–	–	89,38	74,28	74,72	60,38	85,94	78,84
Média de anos de estudo	–	–	–	–	–	–	–	–	2,78	3,91

Fonte: Pnud/Ipea/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2006.

Ao se analisar na Tabela 21 a seguir o quantitativo de matrículas por tipo de ensino e dependência administrativa, ou seja, nas redes municipal, estadual e privada, observa-se que o maior número encontra-se no ensino fundamental (1º a 9º anos), com , correspondendo a 81% em relação ao total em todos os níveis de ensino, e com alunos matriculados em todas as três redes, sendo 52% na rede municipal. Em seguida vem o ensino médio com 3.632, correspondendo a 19%, disponibilizado também para as três redes.

TABELA 21. Matrícula inicial por tipo de ensino, segundo a dependência administrativa – 2007.

Dependência administrativa	Creche	Pré-escolar	Ensino fundamental	Ensino médio	Educação profissional nível técnico	Total
Total	494	2.472	12.701	3.632	–	19.299
Estadual	–	370	4.899	2.833	–	8.102
Municipal	310	1.556	6.332	283	–	8.481
Privada	184	546	1.470	202	–	2.402

Fonte: SEDUC, 2009.

Em relação à saúde da população do município de Pesqueira, verifica-se através dos dados Datasus que em 2007, o município já contava com 2 hospitais, 179 leitos, 290 leitos por habitante e uma taxa de mortalidade infantil de 17,4 %.

O município também possui o PSF – Programa de Saúde da Família e o PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde, em um total de 10 e 113, respectivamente, de acordo com dados da SES – Secretaria de Saúde do estado de Pernambuco.

No que diz respeito à quantidade de domicílios com abastecimento de água, banheiro ou sanitário e destino de lixo, observa-se na Tabela 22, conforme os dados do IBGE (2000), que do total de 15.015 domicílios todos possuem abastecimento d'água, sendo 8.546 (56,9%) com rede geral.

TABELA 22. Domicílios por forma de abastecimento d'água, com banheiro ou sanitário, e destino do lixo – 2000

Total de domicílios	Abastecimento d'água			Banheiro ou sanitário			Destino do lixo	
	Rede geral	Poço ou nascente	Outra	Tinham		Não tinham	Coletado	Outro destino
				Total	Rede geral			
15.015	8.546	1.865	4.604	11.827	6.566	3.188	8.533	6.482

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados do Universo.

Através da Tabela 23, pode-se verificar a distribuição dos gastos sociais do município.

TABELA 23. Gastos sociais – 2007

Discriminação	Valor (R\$ 1,00)
Educação per capita	223,69
Saúde per capita	168,61
Assistência social per capita	29,16
Urbanismo per capita	67,92
Saneamento per capita	5,46
Total	494,84

Fonte: CONDEPE / FIDEM, 2009.

Observa-se que o maior gasto do município é com o item educação, em seguida do item saúde e em terceiro lugar o item urbanismo. Os dois primeiros representam 80% do total de gastos sociais que o município possui.

CAPÍTULO 6. VISÃO COMPARATIVA DA AGENDA 21

6.1 – ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA AGENDA 21 ENTRE OS MUNICÍPIOS DE IPOJUCA E PESQUEIRA

Através desta análise foi possível verificar se a existência da Agenda 21 no município de Ipojuca implicou em melhoras na redução da taxa de analfabetismo e na educação primária entre mulheres e homens em relação ao município de Pesqueira, que ainda não possui Agenda 21, ou se ambos têm indicadores semelhantes, mesmo estando um em estágio mais avançado em relação às políticas de sustentabilidade local. Sendo assim, primeiramente foi apresentado um breve histórico sobre a Agenda 21 de Ipojuca, com os seus postulados para melhor compreensão em relação a comparação realizada destes indicadores.

6.1.1 – Agenda 21 de Ipojuca

A Agenda 21 do Ipojuca foi criada no ano de 2004, com uma iniciativa da Prefeitura, elaborada pela Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional. Contou com apoio do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA), da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Estado de Pernambuco.

Esta Agenda 21 foi pensada a partir de cinco temas, a saber: Cidade Sustentável, Economia Sustentável, Turismo Sustentável, Redução das Desigualdades Sociais, e, finalmente, Conservação e Gestão dos Ecossistemas Naturais. Cada um desses temas foi trabalhado tendo em vista a elaboração de um diagnóstico. Também é para elaboração da Agenda 21 é de vital importância a consulta que se faz à comunidade, para que esta contribua e se sinta cúmplice em todo o processo.

Na Agenda do Ipojuca, a participação da sociedade se deu de forma bastante proveitosa, através dos seus diversos segmentos, nas diferentes etapas de trabalho. Para isto, foram realizadas sete Oficinas; a primeira antes ainda da aprovação do Projeto, em que se discutiram os temas e a metodologia que seria adotada; e as seis Oficinas restantes, já com recursos do Projeto, para consolidação do diagnóstico e das diretrizes e ações pensadas pela equipe técnica. Como foco motivador para iniciar a implantação da Agenda 21 no município, foram identificadas diversas forças restritivas para o desenvolvimento sustentável do Ipojuca, sendo que se reconheceu como a mais forte delas a própria herança histórica do Município, a da concentração fundiária resultante da monocultura da cana-de-açúcar.

6.1.2 - Os temas da Agenda 21 de Ipojuca

Ela atende 05 dimensões: Cidade Sustentável, Economia Sustentável, Turismo Sustentável, Redução das Desigualdades Sociais, Conservação e Gestão dos Ecossistemas Naturais. Na quarta dimensão que trata sobre Redução das desigualdades Sociais estão as estratégias 13, que aborda Melhoria das Condições de Educação, e que em um dos seus itens trata sobre Garantir o acesso universal e permanência do aluno na escola e a Estratégia 15 – Fortalecimento de Grupos Vulneráveis com o item Melhorar as condições de vida da mulher.

6.2. ANÁLISE DA TAXA DE ANALFABETISMO ENTRE HOMENS E MULHERES DE 15-24 ANOS

O presente estudo tem como principal objetivo o de identificar iniciativas e suas aderências em favor da mulher aos princípios do capítulo 24 da agenda 21 nas instituições educacionais do município de Ipojuca, localizado na Região Metropolitana do Recife, por este ter Agenda 21 implantada e realizar um comparativo com um outro município, o de Pesqueira, localizado em um importante pólo do Estado, o qual ainda não possui Agenda 21.

Comparou-se as iniciativas atuais com as propostas na Declaração do Milênio, no que concerne ao objetivo 3, que se encontra no terceiro eixo temático prioritário da Agenda 21 de Pernambuco, que trata sobre a Redução das Desigualdades Sociais, abordando a promoção da igualdade de gênero e fortalecimento do papel da mulher através de uma análise dos indicadores relação entre os sexos feminino e masculino na educação primária e fundamental e taxa de analfabetismo entre homens e mulheres de 15-24 anos nos dois municípios.

Segundo o Mapa do Analfabetismo no Brasil (2001), em termos relativos, as maiores taxas de analfabetismo estão em municípios localizados nas Regiões Norte e Nordeste. As análises estatísticas dos 5.507 municípios brasileiros recenseados em 2000 mostram que existe forte correlação entre a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais e a taxa de frequência à escola.

Através do Quadro 13, pode se observar que a Taxa de analfabetismo entre homens e mulheres com mais de 15 anos no Brasil é igual e na região Nordeste, o percentual de mulheres é menor que o dos homens, sendo a taxa Brasil de 13,3%, no entanto, na região Nordeste atinge o maior percentual com um total de 26,6%, com seguintes percentuais mulheres 24,6% e homens 28,7%, chegando a um percentual maior em relação ao Brasil de 15,4% para os homens e 11,3% para as mulheres.

QUADRO 13. Taxa de analfabetismo entre homens e mulheres Brasil e Regiões.

Brasil e Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil (1)	13,3	13,3	13,3
Norte (2)	11,6	11,7	11,5
Nordeste	26,6	28,7	24,6
Sudeste	7,8	6,8	8,7
Sul	7,8	7,1	8,4
Centro-Oeste	10,8	10,5	11,0

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. (1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.(2) Exclusive a população rural.

Ainda de acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil (2001), verifica-se que diferentemente de outros países, no Brasil o analfabetismo entre as mulheres é praticamente o mesmo que entre os homens. Quanto às diferenças regionais, constata-se que há mais analfabetos entre as mulheres nas Regiões Sul e Sudeste.

No que se refere à questão do gênero, as mulheres, no Brasil, já ocupam a maior parte das matrículas nos diferentes níveis de ensino, com especial destaque no ensino superior.

Apesar das várias ações desenvolvidas desde a formulação da Agenda 21 Brasileira e Local, ainda observa-se que em se tratando do analfabetismo, mesmo considerando que houve reduções nos índices nacionais ainda há uma disparidade entre a taxa de analfabetismo entre homens e mulheres de 15-24 anos na comparação de gêneros tanto no estado de Pernambuco, quanto nos dois municípios estudados Ipojuca e Pesqueira. Em uma comparação entre os dois, conforme Tabela 24 seguinte, observamos que os percentuais estão muito nivelados, tanto entre os dois municípios, quanto em relação aos de Pernambuco. Como a implementação da Agenda 21 no município de Ipojuca só aconteceu no ano de 2004 e os dados coletados são do último censo do IBGE de 2000, não se pode verificar concretamente as possíveis melhorias destes índices.

TABELA 24. - Taxa de Analfabetismo por Gênero nos municípios de Ipojuca e Pesqueira – 2000

ANALFABETOS POR GÊNERO								
MUNICÍPIO	15 a 17 anos		18 a 24 anos		15 a 24 anos			
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	%	MULHERES	%
Ipojuca	3315	3378	5003	5098	8318	49,53%	8476	50,47%
Pesqueira	2943	3158	4141	4442	7084	48,24%	7600	51,76%
Pernambuco	422985	452394	538309	575737	961294	48,32%	1028130	51,68%

Fonte: MEC – Programa Brasil Alfabetizado, 2010 – Elaborado pela Autora.

6.3. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS SEXOS FEMININO E MASCULINO NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

Conforme dados coletados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000), em 1991 o percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas no Brasil era de 25,07, reduzindo para 12,36 em 2000. Da mesma forma, que a taxa de analfabetismo, os indicadores do IBGE (2000), mostram que em relação a educação primária, a taxa de escolarização por gênero também possui números bem aproximados entre homens e mulheres, apesar da pequena diferença entre os dois, os percentuais de mulheres na escola são maiores que os dos homens, conforme mostra a Tabela 25 seguinte.

TABELA 25- Taxa de escolarização entre homens e mulheres Brasil e Regiões

Brasil e Grandes Regiões	Taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos de idade		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil (1)	95,7	95,3	96,1
Norte (2)	95,5	95,3	95,7
Nordeste	94,1	93,2	95
Sudeste	96,7	96,6	96,9
Sul	96,5	96,7	96,3
Centro-Oeste	96	95,6	96,4

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.(2) Exclusive a população rural.

Para uma melhor observação a respeito da relação entre os sexos feminino e masculino na educação primária nos municípios de Ipojuca e Pesqueira objetos de estudo deste trabalho e sabendo-se que o ensino primário abrange os níveis creche, pré-escolar e fundamental para crianças de 0 a 14 anos, pode-se verificar na Tabela 26, conforme dados do BDE – BASE de Dados do Estado de Pernambuco (2007) que os números estão bastante próximos tanto em comparação dos dois municípios, quanto em se comparando aos números de Pernambuco. A diferença entre estes números é muito pequena.

TABELA 26 – Comparativo da População de Pernambuco e municípios de Ipojuca e Pesqueira por gênero e faixa etária. - 2007

Municípios / Sexo	Total					0 a 14 anos
		Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	
<i>Ipojuca</i>	-	-	-	-	-	-
Total	70.070	994	5.422	7.238	7.501	21.155
<i>Homens</i>	34.399	513	2.705	3.596	3.782	10.596
<i>Mulheres</i>	35.269	481	2.717	3.642	3.719	10.559
<i>Pesqueira</i>	-	-	-	-	-	-
Total	61.337	959	4.182	5.876	5.993	17.010
<i>Homens</i>	29.050	497	2.141	2.997	3.008	8.643
<i>Mulheres</i>	30.893	462	2.041	2.879	2.985	8.367
<i>Pernambuco</i>						
Total	8.747.000		712.000	821.000	876.000	2.409.000
<i>Homens</i>	4.227.000		370.000	424.000	457.000	1.251.000
<i>Mulheres</i>	4.520.000		342.000	397.000	419.000	1.158.000

Fonte: BDE – Base de Dados do Estado de PE, 2007 – Elaborada pela Autora.

Na Tabela 27, pode se verificar que, de acordo com os dados do (BDE, 2007) a quantidade de homens matriculados nos níveis escolares de creche e pré-escolar no Estado são maiores que as mulheres. Já nos municípios de Ipojuca e Pesqueira estes números estão mais equilibrados. Em se comparando o percentual de matriculados na Rede Municipal em relação a toda Rede de ensino, os percentuais são de 79,62% no município de Ipojuca, 62,91% no município de Pesqueira e 61,51% no estado de Pernambuco. Observa-se assim que o percentual de Ipojuca está bem além dos do Estado e o de Pesqueira dentro da média.

No ensino fundamental, as quantidades de mulheres e homens também estão bem equilibradas, observando-se, porém que no que concerne aos matriculados na rede municipal, o município de Ipojuca mantém um alto índice de 79,48%, bem mais alto que o do Estado (58,73%) e o município de Pesqueira está abaixo do percentual de Pernambuco com 49,85%.

Como estes dados são referentes ao ano de 2006, já pode se verificar que a Agenda 21 do município de Ipojuca teve uma relevância na melhoria dos indicadores do município.

TABELA 27 – Quantidade de alunos por nível de ensino e redes - 2007

Municípios / Sexo	creche / pré-escolar					Fundamental				
	Estadual	Federal	Municipal	Privada	% Rede Municipal	Estadual	Federal	Municipal	Privada	% Rede Municipal
Ipojuca										
Total	0	0	3066	785	79,62	1946	0	12499	1281	79,48
<i>Homens</i>	0	0	1536	393	39,88	975	0	6260	642	39,81
<i>Mulheres</i>	0	0	1530	392	39,74	971		6239	639	39,67
Pesqueira										
Total	370	0	1866	730	62,91	4899	0	6332	1470	49,85
<i>Homens</i>	188	0	948	371	31,97	2489	0	3217	747	25,33
<i>Mulheres</i>	182	0	918	359	30,95	2410	0	3115	723	24,52
Pernambuco										
Total	3421	0	194534	118288	61,51	385269	840	900444	246572	58,73
<i>Homens</i>	1777	0	101022	61427	31,94	200071	436	467603	128045	30,50
<i>Mulheres</i>	1644	0	93512	56861	29,57	185198	404	432841	118527	28,23

Fonte: BDE – Base de Dados do Estado de PE 2007– Elaborada pela Autora.

6.4. COMPARATIVO DAS INICIATIVAS ATUAIS COM AS PROPOSTAS NA AGENDA 21

A Agenda 21 Local é processo e documento de referência para Planos Diretores e orçamentos municipais, podendo também ser desenvolvida por comunidades rurais, e em diferentes territorialidades. E, reforçando ações dos setores relevantes, a Agenda 21 nas escolas, nas empresas, na sociedade em geral é uma demanda crescente, cuja maioria das experiências existentes tem-se mostrado muito bem sucedidas.

Com o objetivo de se identificar e comparar se houve melhorias em ações que estejam de acordo com as metas estabelecidas no objetivo 3 do item Redução das Desigualdades Sociais da Agenda 21 de Pernambuco, foram realizadas visitas aos locais objetos deste estudo, municípios de Ipojuca e Pesqueira.

Para o município de Pesqueira foram aplicados questionários em uma escola de grande porte de cada um dos 5 distritos e em uma escola de grande porte da zona urbana.

QUADRO 14- Distribuição das Escolas Pesquisadas do Município de Pesqueira

DISTRITO/POVOADO	ESCOLA	Nº DE PROFESSORES					Nº DE ALUNOS		
MUTUCA	Intermediária Henrique Monteiro Leite		EFETIVO		CONTRATADO		TOTAL	FEM	MASC
			FEM	MASC	FEM	MASC			
		NÍVEL 1	8	2	18	2	30	331	407
NÍVEL 2	5	2	2	1	10				
DISTRITO/POVOADO	ESCOLA	Nº DE PROFESSORES					Nº DE ALUNOS		
IPANEMA	Sérgio de Brito		EFETIVO		CONTRATADO		TOTAL	FEM	MASC
			FEM	MASC	FEM	MASC			
		NÍVEL 1	0	0	2	1	3	136	152
NÍVEL 2	8	0	9	1	18				
DISTRITO/POVOADO	ESCOLA	Nº DE PROFESSORES					Nº DE ALUNOS		
PAPAGAIO	Sebastião Quirino da Costa		EFETIVO		CONTRATADO		TOTAL	FEM	MASC
			FEM	MASC	FEM	MASC			
		NÍVEL 1	1	0	5	1	7	199	206
NÍVEL 2	14	2	5	0	21				
DISTRITO/POVOADO	ESCOLA	Nº DE PROFESSORES					Nº DE ALUNOS		
SALOBRO	Intermediária Maria Aliete Macêdo		EFETIVO		CONTRATADO		TOTAL	FEM	MASC
			FEM	MASC	FEM	MASC			
		NÍVEL 1	0	0	11	1	12	207	204
NÍVEL 2	6	0	4	1	11				
DISTRITO/POVOADO	ESCOLA	Nº DE PROFESSORES					Nº DE ALUNOS		
MIMOSO	Intermediária Luis Tenório de Albuquerque		EFETIVO		CONTRATADO		TOTAL	FEM	MASC
			FEM	MASC	FEM	MASC			
		NÍVEL 1	0	1	3	2	6	145	191
NÍVEL 2	9	1	3	1	14				
DISTRITO/POVOADO	ESCOLA	Nº DE PROFESSORES					Nº DE ALUNOS		
URBANA	CAIC		EFETIVO		CONTRATADO		TOTAL	FEM	MASC
			FEM	MASC	FEM	MASC			
		NÍVEL 1	2	0	29	0	31	373	400
NÍVEL 2	12	1	0	3	16				

Fonte: Prefeitura Municipal de Pesqueira (2010) - Elaborado pela Autora

O Quadro 14 apresenta a relação das 06 escolas pesquisadas no município de Pesqueira, bem como a sua localização e distribuição por número de alunos e professores por gênero, de nível 1 e 2 e se contratados ou efetivos. Pode se observar que existe uma quantidade maior de professores contratados do que efetivos, sendo 105 contratados para 74 efetivos e uma quantidade bem maior de mulheres no magistério e ensino fundamental do que

homens, 156 mulheres para 23 homens. Em relação aos alunos, observa-se que existem mais alunos do sexo masculino do que feminino matriculados nestas escolas, 1560 homens para 1391 mulheres. Conforme Tabela 28 o total de professores na rede municipal de ensino de Pesqueira é de 611 e o número de professores lotados nas escolas pesquisadas é de 179, perfazendo um percentual de 29%, porém como os questionários só foram aplicados com professores de nível 1 e 2, caso existisse, das disciplinas de Matemática, Português e Ciências, esse percentual reduziu para 16% do total de professores lotados nas 06 escolas em que a pesquisa foi realizada.

TABELA 28 – Quantitativo de professores na Rede Municipal de Pesqueira

Nº DE PROFESSORES NA REDE		
	EFETIVO	CONTRATADO
NÍVEL 1	36	289
NÍVEL 2	186	100
TOTAL	222	389
TOTAL GERAL	611	

Fonte: Prefeitura Municipal de Pesqueira - Elaborada pela Autora

Pode ser observada através do Quadro 15 a distribuição exata do universo em que foi realizada a pesquisa, onde se obteve um total de 29 professores que responderam o questionário, sendo 16 efetivos e 13 contratados, com 17 de nível 1 e 12 de nível 2. Verifica-se que em algumas escolas o professor ainda é multidisciplinar, como também alguns professores serem contratados para mais de uma escola.

QUADRO 15 – Relação de escolas pesquisadas e respectivos professores de Pesqueira

ESCOLA	PROFESSORES				
	EFETIVO		CONTRATADO		TOTAL
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 1	NÍVEL 2	
Intermediária Henrique Monteiro Leite	3		1	2	6
Intermediária Maria Aliete de Freitas Macêdo		4	1		5
Intermediária Sebastião Quirino da Costa	2	2		1	5
Municipal Sérgio de Brito Cavalcanti			3	1	4
Intermediária Luiz Tenório de Albuquerque	2			2	4
Irmã Zélia de Nicácio	3		2		5
TOTAL	10	6	7	6	29

Fonte: Prefeitura Municipal de Pesqueira - Elaborado pela Autora, 2010.

Para o município de Ipojuca foram aplicados questionários em uma escola de grande porte de cada um dos 3 distritos e em uma de grande porte na zona rural, conforme Quadro 16.

QUADRO 16- Distribuição das Escolas Pesquisadas do Município de Ipojuca

DISTRITO/POVOADO	ESCOLA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE ALUNOS
CAMELA	Municipal Ministro Jarbas Passarinho / Municipal Luiz Nogueira	52	2285
IPOJUCA SEDE	Colégio Municipal Professor Aderbal Jurema	45	2051
NOSSA SRA DO Ó	Grupo Escolar Municipal Armando da Costa Brito	55	2399
ZONA RURAL	Municipal Santo Elias	6	129
TOTAL		158	6864

Fonte: Prefeitura Municipal de Ipojuca - Elaborado pela Autora, 2010.

No Quadro 16 é apresentada a relação das 04 escolas pesquisadas no município de Ipojuca, bem como a sua localização e distribuição por número de alunos e professores. Conforme Tabela 29, o total de professores na rede municipal de ensino de Ipojuca é de 585 e o número de professores lotados nas escolas pesquisadas é de 158, perfazendo um percentual de 27%, porém como os questionários só foram aplicados com professores de nível 1 e 2, caso existisse, das disciplinas de Matemática, Português e Ciências, esse percentual reduziu para 13% do total de professores lotados nas 04 escolas em que a pesquisa foi realizada.

TABELA 29 – Quantitativo de professores na Rede Municipal de Ipojuca

Nº DE PROFESSORES NA REDE				
	EFETIVO		CONTRATADO	
	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
NÍVEL 1	32	10	362	17
NÍVEL 2	12	5	100	47
TOTAL	44	15	462	64
TOTAL GERAL			585	

Fonte: Prefeitura Municipal de Ipojuca - Elaborado pela Autora, 2010.

Observa-se através do Quadro 17 a distribuição exata do universo em que foi realizada a pesquisa, onde se obteve um total de 21 professores que responderam o questionário, sendo 7 efetivos e 14 contratados, com 8 de nível 1 e 13 de nível 2.

QUADRO 17 – Relação de escolas pesquisadas e respectivos professores de Ipojuca

ESCOLA	PROFESSORES				
	EFETIVO		CONTRATADO		TOTAL
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 1	NIVEL 2	
Grupo Escolar Municipal Armando da Costa Brito		2	1	2	5
Municipal Ministro Jarbas Passarinho	1		2	3	6
Municipal Luiz Nogueira				3	3
Colégio Municipal Professor Aderbal Jurema	1	2	2	1	6
Municipal Santo Elias	1				1
TOTAL	3	4	5	9	21

Fonte: Prefeitura Municipal de Ipojuca - Elaborado pela Autora, 2010.

Verifica-se que em algumas escolas o professor ainda é multidisciplinar, como também alguns professores serem contratados para mais de uma escola. Observou-se também um número muito maior de professores contratados do que efetivos nas escolas pesquisadas.

CAPÍTULO 7. PAPÉIS IMPORTANTES EXERCIDOS PELA MULHER PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

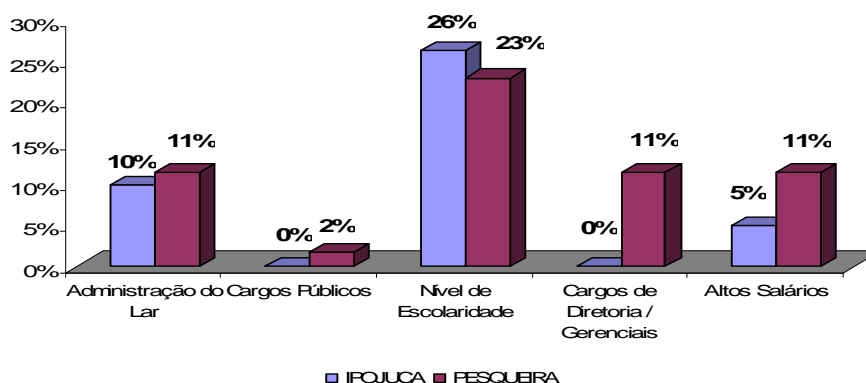
De acordo com Rosemberg (2001), a bandeira da educação das mulheres é levantada por uma tríplice aliança para reduzir a pobreza e possibilitar o desenvolvimento sustentável: organizações multilaterais, movimento de mulheres e governos nacionais.

Ainda segundo o UNICEF (1991), a dominação de gênero no plano da política educacional tem significado, nos planos internacional e nacional, atentar para a discriminação contra as mulheres.

Observa-se que a mulher, como primeira gestora dos recursos naturais torna-se uma multiplicadora de comportamentos conservacionistas, porque, na administração de sua casa, seu exemplo transmite aos futuros homens e mulheres que o uso parcimonioso de hoje é a garantia da sustentabilidade de amanhã. Neste momento, ela está desempenhando o importante papel de gestora, consumidora, conservadora e educadora do meio ambiente e assumindo uma posição vital no processo econômico ao lidar com a economia doméstica e com os hábitos de sua família.

Na pesquisa realizada, pode-se identificar qual a importância que a mulher tem, quais papéis são mais importantes que ela desempenha para contribuir com o desenvolvimento sustentável para os professores, diretores e coordenadores pesquisados dos dois municípios. Através do Gráfico 03, consegue-se observar os percentuais, dos 69 respondentes, 49% informam que consideram o nível de escolaridade o item mais importante, sendo 26% do município de Ipojuca e 23% do município de Pesqueira. Em seguida vem o item Administração do lar com 21%, sendo destes 11% de Pesqueira e 10% de Ipojuca. Em ambos, os percentuais estão bem equilibrados.

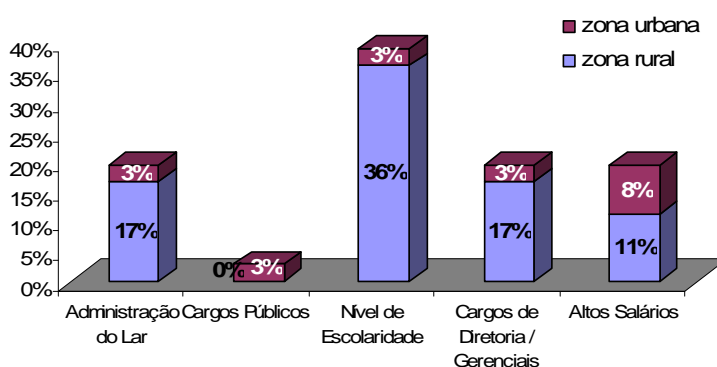
GRÁFICO 03 – Comparativo da importância do papel da mulher para o desenvolvimento sustentável



Fonte: Prefeituras municipais de Ipojuca e Pesqueira – Elaborado pela Autora, 2010.

Observando a relação entre a zona urbana e zona rural de Pesqueira no Gráfico 04 a seguir, verifica-se que apesar do número de pesquisados na zona urbana ter sido bem menor, uma vez que neste município foi realizada a pesquisa com apenas uma escola na zona urbana, pois todos os distritos se localizam na zona rural, os respondentes da zona rural consideram que o nível de escolaridade é o papel mais importante para a contribuição da mulher no desenvolvimento sustentável, com um percentual de 36%, enquanto que os respondentes da zona urbana informaram que quando se tem altos salários (8%) a mulher consegue uma influência melhor. Se forem unificados os dois indicadores, o nível de escolaridade ganha em disparada com 39% das respostas.

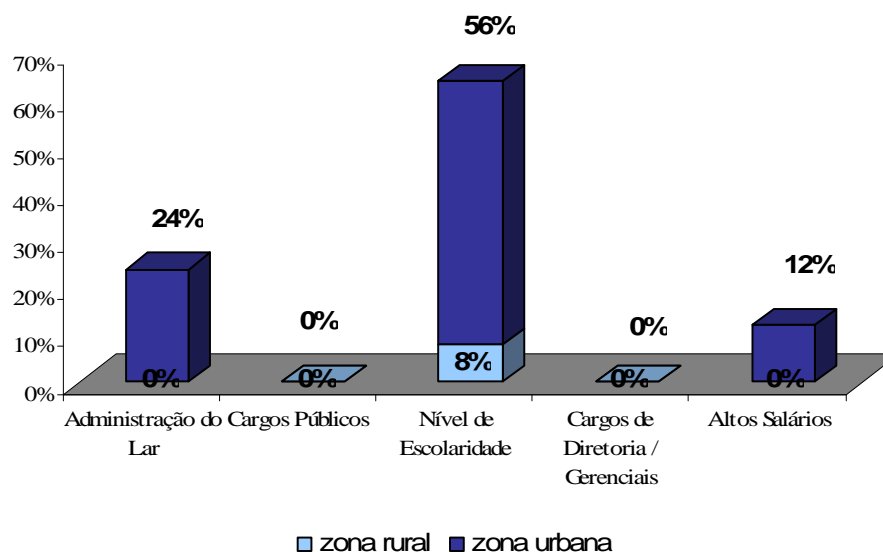
GRÁFICO 04 – Análise da importância do papel exercido pela mulher para o desenvolvimento sustentável zona rural de Pesqueira



Fonte: Prefeitura Municipal de Pesqueira – Elaborado pela Autora, 2010.

Nas escolas do município de Ipojuca, observa-se o mesmo comportamento, ou seja, os respondentes, tanto na zona urbana, quanto na zona rural, consideram que o nível de escolaridade é o mais importante papel exercido pela mulher para o desenvolvimento sustentável com 56% das respostas na zona urbana e 8% na zona rural, o que corresponde ao seu total de respondentes. Verifica-se também que diferentemente do município de Pesqueira, os distritos de Ipojuca são todos na zona urbana, tendo apenas uma escola da zona rural entre as pesquisadas. O item que obteve um percentual mais próximo foi, da mesma maneira que em Pesqueira, administração do lar com 24% dos respondentes, todos da zona urbana, conforme Gráfico 05.

GRÁFICO 05 - Análise da importância do papel exercido pela mulher para o desenvolvimento sustentável zona rural de Ipojuca



Fonte: Prefeitura municipal de Ipojuca – Elaborado pela Autora, 2010.

7.1. RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E TRABALHO DA MULHER

Segundo o PNUD (2007-2008), a despeito das iniciativas que vêm sendo tomadas, a desigualdade de gênero persiste no Brasil e sua redução é lenta. Em 1995, homens com características similares e inseridas no mesmo segmento do mercado de trabalho que as mulheres recebiam remuneração 66,3% maior, diferencial que caiu para 56,1 % em 2005. Com relação à presença de mulheres em cargos de comando de empresas privadas, a desigualdade no Brasil se mantém, atestando que quanto mais alto o cargo, menor a presença feminina. Da mesma forma registra-se baixa participação de mulheres em cargos nos legislativos e executivos das três esferas da Federação. Por mais que possuam níveis educacionais médios superiores aos masculinos, as mulheres ainda ocupam menos de 9% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 12% no Senado Federal.

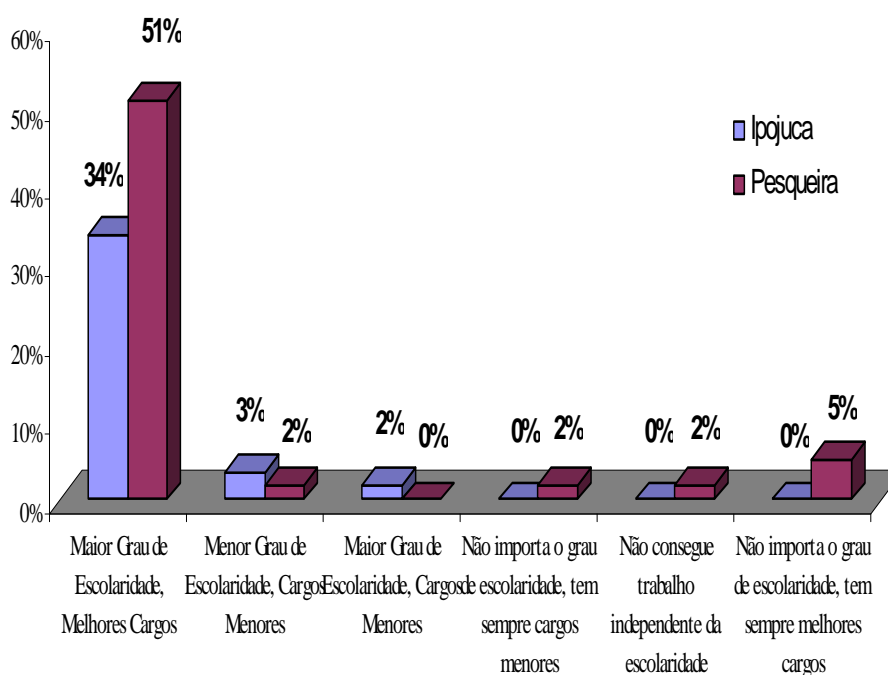
Ainda segundo o PNUD (2007-2008), não importa quão alto é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, as mulheres têm salários menores do que os homens. Segundo dados desse relatório, o rendimento feminino, no Brasil é, em média, 56% do rendimento masculino. De acordo com o UNIFEM (2009) (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher), segundo as convenções, a mulher normalmente ocupa o espaço privado e o homem o espaço público, como o principal provedor da casa. No entanto, a mulher vem ganhando espaço, mas isso não está se refletindo no mercado de trabalho, pois ainda se observa que quanto mais alto o posto nas empresas, menor o número de mulheres.

De acordo com o PNUD - Flávio Comim (2008), uma das formas de reverter a situação brasileira é investir em uma educação que valorize o papel da mulher no trabalho e encoraje as meninas para áreas mais técnicas. Esses dados mostram que o problema brasileiro é no mercado de trabalho, e por isso, as políticas devem ir além de uma universalização da educação, visando valores e qualidade.

Segundo Leite (1994), o conhecimento é a chave que tem aberto e que pode proporcionar às mulheres oportunidades concretas de realização profissional.

Com o objetivo de se confirmar esta teoria, foi identificado através dos questionários aplicados com os professores dos dois municípios, o que para eles tinha mais importância na relação entre escolaridade e trabalho da mulher. Em ambos os municípios o item “quanto maior o grau de escolaridade, as mulheres conseguem melhores cargos”, dos 59 respondentes, 51% de Pesqueira e 34% de Ipojuca, conforme Gráfico 06.

GRÁFICO 06 – Percepção entre escolaridade e trabalho da mulher



Fonte: Prefeituras municipais de Ipojuca e Pesqueira – Elaborado pela Autora, 2010.

Quando se faz um comparativo entre as escolas da zona urbana e zona rural de Ipojuca, obtêm-se os seguintes resultados: dos 23 respondentes, 87% (da zona urbana) informaram que quanto maior o grau de escolaridade, a mulher assume melhores cargos, enquanto que na zona rural, 9%, o maior percentual, informaram que com menor grau de

escolaridade, a mulher assume cargos menores. Apesar dos dois itens terem uma certa semelhança, observa-se que a preocupação de se ter uma melhor escolaridade está mais concentrada nas escolas da zona urbana, possivelmente pelo contato maior com informações externas.

Já ao observar-se o comparativo entre a zona rural e urbana de Pesqueira, verifica-se que dos 36 respondentes, 83% informaram que com maior grau de escolaridade, obtêm-se melhores cargos, sendo destes 67% da zona rural e 17% da zona urbana aproximadamente.

Quando se trata de comparar a relação entre escolaridade da mulher com melhores cargos em relação ao homem, dos 61 respondentes 61% informaram que com maior escolaridade, ela consegue melhores cargos que o homem, sendo destes 41% do município de Pesqueira e 20% do município de Ipojuca. Porém não se pode deixar de perceber que dos 25 respondentes do município de Ipojuca 16% informaram que mesmo com maior grau de escolaridade, as mulheres não conseguem os melhores cargos que os homens.

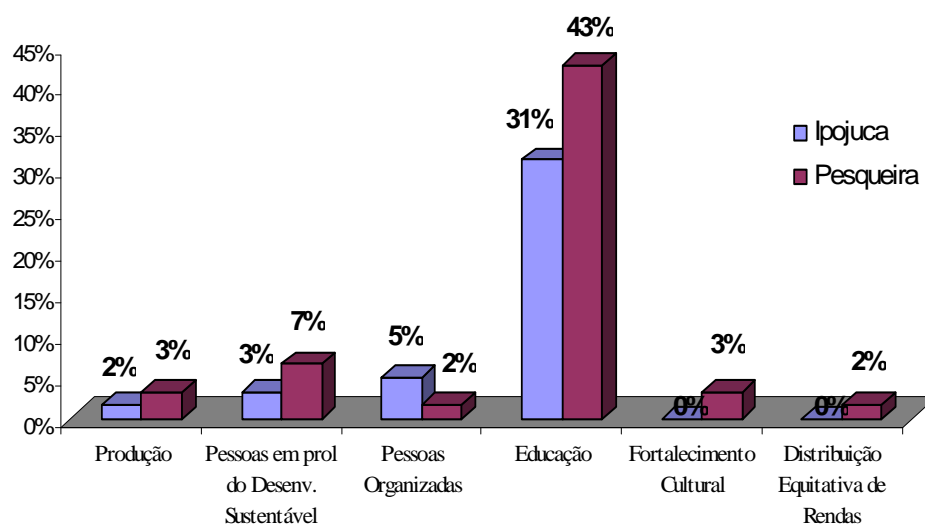
7.2. PRINCIPAIS ALICERCES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com a Agenda 21 temas como pobreza, crescimento econômico, industrialização e degradação ambiental, propõem uma série de ações, objetivos, atividades e meios de implementação, na qual os mais diversos atores de uma sociedade, em nível mundial, são convocados a perseguirem o desenvolvimento sustentável.

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

Diante destas afirmações, podem-se confrontar com os resultados obtidos através desta pesquisa conforme se observa no Gráfico 07 a seguir.

GRÁFICO 07 - Principais alicerces do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Prefeituras municipais de Ipojuca e Pesqueira – Elaborado pela Autora, 2010.

Segundo Guevara (1998), o desenvolvimento sustentado não é centrado exclusivamente na produção, a chave está nas pessoas, na participação, na organização, na educação e no fortalecimento cultural e na distribuição equitativa de rendas.

E através dos resultados obtidos na pesquisa formatados no Gráfico 07, pode-se verificar que, dos 61 respondentes 74% informaram que é na educação que está a base para se obter um desenvolvimento sustentável, sendo destes 31% do município de Ipojuca e 43% do município de Pesqueira, podendo-se analisar desta forma que, independentemente da aplicação da Agenda 21, a população destes municípios já encontra na educação a base principal para o alcance do desenvolvimento sustentável, seja nestas regiões ou de forma global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou fazer uma análise comparativa para investigar se as iniciativas que foram propostas na Agenda 21 Local do estado de Pernambuco evoluíram, no que diz respeito aos indicadores “Relação entre os sexos feminino e masculino na educação primária, secundária e superior”, no caso do indicador “Relação entre os sexos feminino e masculino na educação e a “Taxa de analfabetismo entre homens e mulheres de 15-24 anos”. No caso do indicador “Relação entre os sexos feminino e masculino na educação, focou-se mais especificamente na educação primária, que compreende os níveis creche, pré-escolar e fundamental para crianças de 0 a 14 anos e é disponibilizada apenas nas redes municipais e privadas, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A LDB, Lei de nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, através do artigo 11^o inciso V diz que o município deve oferecer a educação infantil em creches e pré-escolar, com prioridade no ensino fundamental.

Outro ponto focado neste trabalho foi procurar responder a questão-problema de como as iniciativas da Agenda 21 local podem encontrar aderência às medidas mundiais em favor da mulher para atingir um desenvolvimento sustentável e equitativo.

A metodologia utilizada através do referencial de vários autores como Born (1988/1999), Milanez (1998), Martinelli (2004), como do próprio documento da Agenda 21 e do Relatório de Desenvolvimento Humano (2002), que trazem teorias sobre a importância da igualdade da educação entre mulheres e homens e indicadores comparativos entre os gêneros masculino e feminino foi realizada por meio da aplicação de questionários e entrevistas junto a diretores e/ou coordenadores, bem como ao corpo docente de instituições educacionais públicas de dois municípios do Estado de Pernambuco, Ipojuca (que possui Agenda 21) e Pesqueira (que não possui Agenda 21) buscando-se colher informações que permitissem se chegar à resposta da questão-problema, procurando-se conseguir um cenário que melhor apresentasse se as ações em favor da mulher, contidas nos postulados da Agenda 21 e trabalhados por diversas organizações não governamentais, têm avançado em municípios que já possuem tal documento formulado, como é o caso de Ipojuca, em comparação com municípios que ainda não o possuem a exemplo de Pesqueira. E, se estão no mesmo patamar ou até se tiveram resultados em termos de indicadores socioeconômicos piores que os que ainda não possuem. Também foi possível, através dos questionários aplicados nas escolas municipais destas duas cidades, verificar se nesse universo em que foi realizada a pesquisa, os

sujeitos em questão consideram que o papel da mulher é importante para o desenvolvimento sustentável em relação aos níveis de educação e trabalho.

Observou-se então, através dos indicadores nacionais apresentados pelo IBGE, CONDEPE-FIDEM, SEDUC-PE e das Secretarias de Educação dos dois municípios que a taxa de analfabetismo nestes dois municípios, continua com índices altos, como também apresentaram resultados semelhantes no que concerne a comparação entre os gêneros masculino e feminino na faixa etária de 15 a 24 anos.

Em relação à taxa de escolarização por gênero os números estão bem aproximados entre homens e mulheres. Apesar da pequena diferença entre os dois, os percentuais de mulheres na escola são maiores que os dos homens, tanto na comparação entre dois municípios, quanto destes em relação aos números de Pernambuco. Nos dois municípios estudados, mesmo se encontrando em estágios diferentes da implantação da Agenda 21, percebeu-se entre os pesquisados, que com um alto grau de escolaridade a mulher contribui mais ativamente para o desenvolvimento sustentável e que quando se compara ao grau de escolaridade e trabalho do homem, o maior percentual dos entrevistados entende que quanto maior o grau de escolaridade se consegue melhores cargos. No que concerne à questão sobre os alicerces do desenvolvimento sustentável, a grande maioria dos pesquisados, também dos dois municípios respondeu que a base está na educação.

Através dos resultados obtidos das análises comparativas pode-se verificar que os progressos obtidos no município de Ipojuca se apresentaram muito tímidos em relação aos números de Pesqueira e em relação aos índices estaduais e nacionais, observando-se com isto, que as ações que estão sendo executadas pelo governo municipal, através principalmente de suas Secretarias de Educação e Meio Ambiente, por serem estas diretamente relacionadas com o provimento de ensino e a coordenação da Agenda 21, não vêm surtindo efeito no tempo desejado.

Percebe-se portanto, que os progressos obtidos possivelmente não são reflexos da implantação e implementação da Agenda 21 Local, que esta não tenha tido influência nos números e percentuais de redução de analfabetismo e taxas de escolaridade, que possivelmente estes números podem ter sido resultados dos próprios investimentos do Governo Federal ocorridos em todo o país.

No entanto, vale salientar que, nos dados obtidos dos indicadores do IBGE, a grande maioria dos índices pesquisados por serem os números oficiais, ainda são referentes ao ano de 2000 e a Agenda 21 do município de Ipojuca foi implantada em 2004, sendo assim, existe a possibilidade de se ter divergências neste comparativo.

Como sugestão, ressalta-se a necessidade que os dois municípios poderiam, através dos seus representantes governamentais e organizações sociais, buscar a consolidação da implementação da Agenda 21 local para Ipojuca, através de acompanhamentos constantes dos responsáveis pela Agenda 21 do município, e no caso de Pesqueira a sua implantação, a fim de consolidar as ações nela formuladas para melhoria da igualdade de gêneros na educação, assim como o acompanhamento destas ações, através de trabalhos futuros na área, uma vez que existirão novos dados estatísticos pelo Censo 2010.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da instrução pública no Brasil, 1500-1889. São Paulo: Ed. da PUC; Brasília: MEC-Inep 2000, Edição original em francês de 1889.
- Agência CONDEPE/FIDEM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. 2006.
- Agência CONDEPE/FIDEM, Base de Dados do Estado. 2007.
- ORN, R. Caminhos, descaminhos e desafios da Agenda 21 Brasileira. Déb. Socamb. 1988 / 1999.
- BLOSFELD, Wolney. O papel feminino no desenvolvimento sustentável da Amazônia. São Paulo, 2008.
- BRASIL. Congresso Nacional. Constituição Federal. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.
- _____. Lei Federal nº 6.938/81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências de 31 de agosto de 1981. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.
- _____, Ministério do Meio Ambiente. RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>. Acesso em dezembro de 2008.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2006. Disponível em HTTP: www.agenda21local.info/index.php?option=com_content&task=view&id=686&Itemid=40 - 59k - Acesso em março de 2008.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21. Brasília, 1992. Disponível em HTTP: www.mma.gov.br/port/se/agen21. Acesso em março de 2008.
- _____. SECTMA – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Disponível em http://www.sectma.pe.gov.br/download/Agenda_21_Capitulo_2.pdf. Acesso em março de 2008.
- _____. Carta de Belgrado de 1975. Documentos de Referência. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 06 dez.2001.
- _____, Lei No 9795, Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 06 dez.2001.
- _____, Lei No 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 06 dez.2001.
- _____, Constituição Federal. Art.225. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, outubro de 1988. Documentos de Referência. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 06 dez.2001.
- BRÜGGER, Paula. Educação ou adestramento ambiental? Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.
- CAPRA, Fritjof. A Teia da Vida. São Paulo: Cutrix, 1996
- CARREIRA, D.; AJAMIL, M.; MOREIRA, T. A Liderança Feminina no Século 21. São Paulo: Cortez, 2001.

- CASTELLS, M. O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CNM - Confederação Nacional dos Municípios. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Estratégias da Gestão Municipal para Redução da Pobreza no Planeta Até 2015 / Confederação Nacional dos Municípios; Nós Podemos Paraná e Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – Orbis (elaboração), Brasília : CNM : Pnud, 2009.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Agenda 21. São Paulo : Senado Federal, Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 06 dez.2008.
- CNUMAD. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.
- [CPDS] Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Agenda 21 brasileira . Brasília (DF), 2002.
- DIAS, Genebaldo.F. Educação Ambiental Princípios e Práticas. São Paulo : Gaia, 1998.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. IBGE, 1958.
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/dtbs/pernambuco/ipojuca.pdf>
- FAVREAU, Louis. Quarties en crise: rentalisation et developpement local en milien urban. Revue du CIRIEC. Coopérative et Developpement, Ottawa, Ca, v. 26, n. 2, 1994-1995.
- FIAM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios do Interior de Pernambuco. 1994. v.2
- FORMIS, Claudete A. Estudo do processo de construção da Agenda 21 nas escolas da Diretoria de Ensino de Jundiaí – SP. São Paulo, 2006. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo]
- GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Ministério do Meio Ambiente. Recife, 2002. Agenda 21 de Pernambuco. Disponível em HTTP://www.sectma.pe.gov.br/download/Agenda_21_Capitulo_2.pdf. Acesso em março de 2008.
- GUEVARA, Arnaldo J. H. et al. Conhecimento, Cidadania e Meio Ambiente. Vol 2. Rio de Janeiro: Fundação Petrópolis, 1998.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Disponível em <HTTP://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>. Acesso em março de 2008.
- KOHLER, M. C. M. Agenda 21 Local: Desafios da sua implementação. Experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Florianópolis. São Paulo, 2003. [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].
- LEITE, C. L., de P. Mulheres: muito além do teto de vidro. São Paulo: Atlas, 1994.
- LERÍPIO, Alexandre A. O despertar da consciência ecológica. Curso de controle de gestão ambiental. TCU,1999.
- LERÍPIO, Alexandre A. GAIA – Um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção.UFSC- Florianópolis.
- MANOEL, I. A. Igreja e Educação Feminina (1859-1910). Uma face do conservadorismo, 1996.
- Mapa do Analfabetismo no Brasil. Brasília – DF, 2001.

- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARTINELLI, D. P. Desenvolvimento Local e o papel das pequenas e médias empresas. Ed. São Paulo: Manóel, 2004.
- MICHEL, Maria Helena. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 2005.
- MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. USP: São Paulo, 1998.
- [MMA] Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21: O caso do Brasil. Brasília (DF), 1998.
- NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.
- PARENTE, Juracy. Varejo no Brasil: gestão e estratégia. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.
- PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. Saúde soc., 1998
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Relatório Mulheres no Mercado do Trabalho – Índice de participação por Gênero – Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 17 de abril de 2009.
- _____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em outubro 2009.
- REDE AGENDA 21. Disponível em <http://www.redeagenda21.org.br/>. Acesso em 09 dez 2008.
- ROSEMBERG F., Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo – Revista estudos feministas. Florianópolis, 2001.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1993.
- SAFFIOTI, H. I. B. A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.
- SANTOS, B. S. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SEDUC – PE – Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br/censoescolar>. Acesso em outubro 2009.
- SEMARH - Secretaria do Estado, Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe. Disponível em <http://www.semarh.se.gov.br/qualidadeambiental/modules/> acesso em: 09/12/2008.
- SEMASA – SP – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infra-Estrutura de São Paulo. O conceito do Desenvolvimento Sustentável. Flávio Tayra. FSP/USP. Disponível em: www.semasa.sp.gov.br/admin/.../docs/.../conceitodesenvsustent.doc. Acesso em novembro de 2009.
- SIRKIS, A. Ecologia Urbana e Poder Local. Fundação Onda Azul. Rio de Janeiro, 1999.
- SMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. São Paulo, 1997.
- SMA/CPLEA. Educação Ambiental: vinte anos de políticas públicas. São Paulo: SMA, 2003.

SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL E REFORMA AGRÁRIA (SARA). Programa leite de Pernambuco. Disponível em: <http://www.producaorural.pe.gov.br/leite/o_programa.htm>. Acesso em: 20 abr. 2009.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/>

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Disponível em <http://www.unifem.org.br/> Acesso em 17 de novembro de 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICE - MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE IPOJUCA E PESQUEIRA.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural - PADR

O presente questionário é parte integrante de um trabalho de pesquisa que tem como objetivo geral identificar como as iniciativas da Agenda 21 local podem encontrar aderência às medidas mundiais em favor da mulher para atingir um desenvolvimento sustentável e equitativo, através da elaboração e implementação de um planejamento e de iniciativas por parte dos governos locais, bem como das comunidades, especialmente do movimento em prol das mulheres, para que se possa melhorar a aderência dos projetos existentes e em andamento com os princípios formulados no capítulo 24 da Agenda 21. Investigando-se o seu objetivo 3 , meta 5, que trata sobre eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária até 2005 e em todos os níveis da educação até 2015.

Sua resposta dará importante contribuição para a conclusão desse trabalho.

Será garantido o total sigilo de sua identidade.

Andréa Regina Vanderlei

QUESTIONÁRIO DA ESCOLA

Nome da Escola: _____

Nome do Entrevistado: _____

Contato: _____

1- Gênero **Feminino** **Masculino**

2- Que atividade exerce na escola?

- Professor(a) 1 (com vínculo)
- Professor(a) 1 (contratado)
- Professor(a) 2 (com vínculo)
- Professor(a) 2 (contratado)
- Coordenador (a)
- Diretor(a)

Se professor (a) , qual a disciplina que ministra?

- Português
- Matemática
- Ciências
- outra _____

3- Há quanto tempo na rede pública

() menos de 3 anos () mais de 3 anos () mais de 5 anos () mais de 10 anos

4 – Qual a sua formação (graduação)? _____**5- Possui cursos de extensão/ pós-graduação? () sim () não**

Em caso afirmativo, qual (is)?

6- Dentre os papéis exercidos pela mulher quais são mais importantes para o desenvolvimento sustentável? (numere em relação ao grau de importância do maior para o menor). Ex. 5 para o de maior grau de importância e 1 para o de menor grau.

- () administração do lar
- () em cargos públicos
- () em relação ao nível de escolaridade
- () em cargos diretorias / gerenciais
- () através de altos salários

7- Como você vê a relação entre escolaridade e trabalho da mulher? Marque apenas uma alternativa.

- () maior grau de escolaridade, melhores cargos
- () maior grau de escolaridade, cargos menores
- () menor grau de escolaridade, cargos menores
- () menor grau de escolaridade, melhores cargos
- () não importa o grau de escolaridade tem sempre melhores cargos
- () não importa o grau de escolaridade tem sempre cargos menores
- () não consegue trabalho, independentemente da escolaridade

8- Ainda em relação entre escolaridade e trabalho da mulher, se compararmos aos homens, você considera que as mulheres com: (Marque apenas uma alternativa)

- () maior grau de escolaridade, conseguem melhores cargos
- () maior grau de escolaridade, não conseguem os melhores cargos
- () menor grau de escolaridade, assumem cargos menores
- () menor grau de escolaridade, conseguem melhores cargos
- () não importa o grau de escolaridade têm sempre melhores cargos
- () não importa o grau de escolaridade têm sempre cargos menores
- () não conseguem trabalho, independentemente da escolaridade

9- Coloque em ordem de prioridade para você. Principalmente em que está calcado o desenvolvimento sustentável? Enumere do maior para o menor. Ex. coloque 6 para o mais importante e 1 para o menos importante.

- () na produção (indústria, comércio, agricultura, etc)
- () nas pessoas, através da sua participação(em movimentos em prol do desenvolvimento sustentável)
- () nas pessoas, ao se organizarem (através de comunidades, associações, etc.)
- () na educação
- () no fortalecimento cultural
- () na distribuição equitativa de rendas

10- Para você, que ensinamentos a mulher já traz através do desempenho das tarefas no lar que podem ser considerados importantes para o desenvolvimento sustentável?

PERGUNTAS COMPLEMENTARES:

11- Você tem filhos?

- () Sim Quantos? _____
 () Não

12- Quem é a pessoa que mais contribui com a renda familiar?

- () Você mesmo;
 () Cônjuge ou companheiro (a);
 () Pai;
 () Mãe;
 () Outra pessoa. Qual: _____

13- Qual a sua principal atividade (de trabalho) na maior parte da vida?

Na agricultura, no campo, em fazenda ou na pesca.	()
Na indústria	()
No comércio, banco ou outros serviços.	()
Funcionário público do governo Federal, Estadual ou Municipal ou militar.	()
Profissional liberal, professor da rede privada ou técnico do nível superior.	()
Trabalhador do setor informal, autônomo. (sem carteira assinada)	()
Trabalha em casa, em serviços (costura, cozinha, aulas particulares).	()
No lar.	()

14- Qual o cargo ocupado neste trabalho, na maior parte do tempo?

Gerente, administrador ou diretor de empresa privada.	()
Funcionário público (federal, estadual, municipal) com funções de direção.	()
Militar (guarda-civil, policia estadual ou Forças Armadas) sem posto de comando.	()
Trabalho temporário, informal, sem carteira assinada.	()
Trabalho por conta própria (autônomo)	()
Empregado no setor privado com carteira assinada.	()
Funcionário público (federal, estadual, municipal) sem função de direção.	()
Militar (guarda-civil, policia estadual ou Forças Armadas) com posto de direção.	()
Aposentado.	()
Beneficiário da Previdência Social.	()

15- Você possui algum plano de assistência médica?

- () Não () Sim. Se sim informar qual: _____

16- Tem acesso à assistência de saúde?

- Sim
- Não

17- Há quantos meses utilizou um serviço de saúde pela última vez? _____**18- Qual(is) o(s) problema(s) de saúde decorrente(s) da atividade que desempenha?
(pode ser indicado mais de um)**

- Dores nas costas
 - Dores nas pernas
 - Dores de cabeça
 - Problemas respiratórios
 - Problemas gastrintestinais
 - Outro(s) (mencionar)
-

19- Quando procura os serviços de saúde?

- Para cumprir orientações para evitar doenças (prevenção)
- Quando tem algum sinal de doença
- Em caso de doença normais
- Em caso de doença grave
- Não respondeu
- Não se aplica
- Não Sabe